

0 outro 11 de setembro: a tragédia chilena

Waldo Mermelstein

O golpe militar que derrubou Salvador Allende vitimou milhares de pessoas, destruiu os partidos políticos e as organizações dos trabalhadores e impôs o modelo precursor do neoliberalismo. Não por acaso, os estudantes e o povo que se manifestam às centenas de milhares pelas ruas de Santiago em 2011 levantam a bandeira de “`Se va caer, se va caer, la educación de Pinochet`”. Assim como a educação, a saúde e a previdência são privadas em sua esmagadora maioria, assim como a maioria das empresas que exploram o cobre, sua principal riqueza. Tão profunda foi a derrota imposta em 1973. A melhor homenagem aos caídos, aos centenas de milhares de exilados tem sido a demonstração de força das massas chilenas dos últimos dois anos. Mas como se chegou a um desfecho tão terrível? Havia outra possibilidade? Como tão poderoso movimento social foi derrotado praticamente sem combates?

0 Chile em 1970

O Chile tinha cerca de 10 milhões de habitantes, uma alta taxa de urbanização (75%), uma trajetória de quase cem anos de organização do movimento operário, o mais antigo e poderoso partido comunista das Américas, ao lado de um também antigo e forte partido socialista, que tinha uma forte ala esquerda. A democracia burguesa era bastante antiga e estável para os padrões latino-americanos: desde 1932 não havia golpes militares. O movimento de massas contava com uma poderosa central sindical, a CUT, cujos filiados representavam cerca de 25% dos assalariados.

Na década de 60, o Chile conheceu um profundo processo de mobilizações operárias, populares e estudantis, devido ao

estrangulamento do modelo econômico de substituição de importações à influência da revolução cubana. Não por acaso, a Democracia Cristã (DC), em 1964, foi às eleições para enfrentar a coalizão de esquerda com a bandeira de "Revolução em liberdade". Seu programa focava a reforma agrária, a incorporação dos pobres da cidade à economia e a "chilenização" do cobre. Esse partido contou com o forte apoio do imperialismo americano, que àquela época implementava seu programa da Aliança para o Progresso a fim de tentar deter a tremenda influência da revolução cubana.

Após vencer as eleições, o governo Frei, da DC, mostrou abertamente sua cara patronal, repressiva, pró-imperialista. Inicialmente, sua estratégia parecia ter êxito, mas após dois anos, a inflação subiu, a reforma agrária estagnou, a chilenização do cobre mostrou-se um ótimo negócio para as companhias americanas. Com isso, o movimento de massas começou a aumentar significativamente suas lutas, havendo o aumento exponencial das greves, especialmente as ilegais. Houve três greves gerais até o processo eleitoral em 1970; os camponeses, estimulados pela promessa de reforma agrária, começaram a ocupar terras e aproveitaram-se da recente permissão de sindicalização antes negada para fazê-lo aos milhares.

A Unidade Popular (UP)

Em 1970, realizam-se as eleições e a coalizão de partidos de esquerda, a UP, consegue a primeira maioria, com Salvador Allende à cabeça. A UP era composta pelo Partido Comunista (PC), o Partido Socialista (PS)-, mais um pequeno partido dissidente da DC, o Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU) e pequenas agrupações burguesas, como o Partido Radical), consegue a primeira maioria (36%). Para que o candidato vitorioso tivesse sua eleição confirmada ainda teria que passar pela aprovação do parlamento. Intensas pressões e negociações precederam essa votação. O imperialismo americano procura estimular os setores que não queriam a posse de Allende. O ex-secretário de Estado Henry Kissinger resumiu a

consideração do imperialismo americano com a vontade popular, ao comentar com seus colegas «não vejo por que temos que ficar parados e assistir a um país tornar-se comunista devido à irresponsabilidade do seu próprio povo».

A extrema direita chegou a tentar sequestrar o comandante do Exército, Rene Schneider, partidário de aceitar os resultados eleitorais, para forçar uma mudança na opinião das forças armadas e da burguesia, mas o general resistiu e morreu, e o resultado foi que o setor mais golpista da burguesia perdeu espaço. Antes de votar, no entanto, a DC obrigou a UP a aceitar um estatuto de garantias constitucionais que reafirmava o compromisso de manter as instituições centrais do regime capitalista.

Antes de começarmos a fazer o balanço do governo, duas palavras sobre Allende. Era um antigo parlamentar socialista que concorreu pela quarta vez a presidente. Ele era um reformista convicto e nunca o escondeu. As concessões reais feitas na primeira parte de seu governo, a implacável oposição que seu governo sofreu por parte da burguesia e do imperialismo e sua morte trágica provocada pelos golpistas assassinos fizeram com que seja idolatrado pelas massas. Mas não devemos nos confundir: seu grande valor pessoal no último ato ao enfrentar com coragem os gorilas chilenos não redime seus erros, a escolha equivocada da chamada via institucional ao socialismo e sua responsabilidade na derrota.

0 primeiro ano

A UP tinha um programa de reformas básicas que incluía a aceleração da reforma agrária segundo a mesma lei aprovada no governo Frei e principalmente a nacionalização completa do cobre, que representava 80% das receitas de exportação do país. Quanto à indústria seria dividida em três áreas, privada, mista e área de propriedade social (APS). A esta última, seriam incorporadas as empresas monopólicas. Nas áreas não estatais a única participação dos trabalhadores seria através dos pouco definidos comitês de vigilância da produção.

Os bancos seriam também nacionalizados.

O programa da UP fazia uma referência vaga a uma transição ao socialismo respeitando as leis e a institucionalidade vigentes, sem especificar seus ritmos e métodos. Allende em vários discursos como presidente falava de uma segunda forma de transição ao socialismo, supostamente defendida por Marx, ou seja, uma transição respeitando as regras estabelecidas pelo regime burguês, pacífica, enaltecendo a suposta "flexibilidade" das instituições do estado chileno.

Outro elemento no programa da Unidade Popular que estimulou o movimento a lutar foi a declaração de que "as transformações revolucionárias de que o país necessita somente poderão ser realizadas se o povo chileno tomar em suas mãos o poder e o exercer real e efetivamente". Era uma declaração genérica, uma concessão à sua ala esquerda, sem maiores precisões, mas mesmo assim era uma linguagem distinta dos demais governos e foi tomada ao pé da letra pelos trabalhadores e pelos setores populares e acabou ultrapassando em muito as ações e intenções do governo e com ele se chocou em vários momentos.

O governo Allende foi um clássico governo de colaboração de classes em um país dependente do imperialismo, marcado por uma profunda instabilidade, particularmente a partir do locaute patronal de 1972.

Para tornarmos mais clara essa definição, cedemos à tentação de fazermos algumas analogias históricas, como uma aproximação a uma realidade viva e complexa. Pelo seu conteúdo programático, pela sua prática de tentar manter o movimento de massas como um apoiador controlado do governo, mais além das menções retóricas, para "dias de festa" a uma transição ao socialismo, assemelhava-se a outros governos nacionalistas burgueses da América Latina, entre eles o de Goulart no Brasil. Pela composição predominante dos partidos que o compunham e pelo apoio da principal organização sindical do país, a CUT chilena, tinha semelhança com outros regimes de colaboração de classes, chamados de frente popular pela

denominação dada pela Internacional Comunista sob domínio de Stálin. A proposta era a de organizar uma aliança anti-monopolista, antioligárquica e anti-imperialista entre a classe trabalhadora, setores da classe média e uma suposta burguesia nacional, oposta aos monopólios e ao imperialismo para completar uma primeira fase democrático-burguesa do processo revolucionário.

A partir de outubro de 1972, o governo, além das características anteriores, começa a se assemelhar aos governos no auge de situações revolucionárias, e logo nos vêm à mente o exemplo de Kerensky na Rússia em 1917, em que, sem deixar de ter projetos nem de existir, cada vez mais é totalmente impotente entre as duas classes fundamentais que se enfrentavam, entre revolução e contrarrevolução. De qualquer forma, era um governo que explicitamente não rompia nem pretendia romper com os marcos da dominação estatal capitalista.

Mas não nos adiantemos. Vejamos como evoluiu o processo. O Chile que Allende recebeu vivia uma profunda crise econômica, recessão e inflação na casa dos 35% e a maior dívida externa per capita do mundo. A UP aplicou uma estratégia inicial de reativar a economia com medidas de estímulo keynesiano, aumentando os salários pelo menos no nível da inflação, elevando os benefícios sociais (entre eles, a entrega gratuita de meio litro de leite para cada criança do país) e, em especial os previdenciários, aumentando o crédito para a economia, diminuindo o desemprego, estimulando a construção de casas populares, acelerando a reforma agrária, começando a nacionalizar os principais monopólios industriais e bancários por meio da compra e muito especialmente nacionalizando as riquezas naturais básicas, entre elas, claro, em primeiro lugar, o cobre, o chamado "salário do Chile". O efeito foi imenso, em 1971 houve uma grande transferência de renda para o trabalho assalariado, que alguns dizem ter atingido 10% da renda nacional (o que é verdadeiramente extraordinário), o

desemprego baixou quase à metade, para 3,9%. A ideia era de, a partir do aumento da popularidade advinda dessas medidas, lançar medidas de democratização do Estado, em particular a Assembleia Popular, espécie de câmara legislativa única para poder prosseguir com as reformas. Com isso, cinco meses após assumir o poder, a UP conseguiu 51% dos votos nas eleições municipais.

Mas as coisas não corriam exatamente como previam os dirigentes da UP: a burguesia obtinha enormes lucros com a reativação da economia, mas não investia quase nada, por seu caráter parasitário e principalmente por um cálculo político: até que ponto os dirigentes da UP poderiam controlar os trabalhadores? A mesma desconfiança teriam os setores privilegiados das classes médias urbanas e rurais.

Por outro lado, as massas, depositavam enormes expectativas no governo e o apoiavam, sentindo que havia chegado o momento de conquistar seus direitos tanto tempo postergados: as ocupações de terras explodiram, inclusive superando os limites da reforma burguesa herdada da DC: ao contrário de respeitar o limite de 80 hectares de irrigação básica, o que deixaria cerca de 40% das melhores terras nas mãos dos grandes e médios proprietários, os camponeses resolveram se adiantar e começaram a ocupá-las, organizando-se em conselhos camponeses autônomos dos oficiais e propondo a radicalização da reforma agrária. Papel importante tiveram os mapuches, povo indígena conquistado e espoliado desde a época dos espanhóis, que pediam a restituição de suas terras. A reação do governo foi dupla : condenou, inclusive pela palavra do próprio Allende, a radicalização, mas, para não perder o controle acelerou a reforma agrária, a tal ponto que em dois anos se cumpriram as metas para seis anos...

É interessante que tenha sido do campo, da província de Linares, de onde tenha surgido a primeira contestação organizada, pela esquerda, à política do governo: o congresso de camponeses daquela província, em 1971, exigiu o

aprofundamento da lei de reforma agrária herdada da DC que deixava as melhores terras nas mãos dos grandes proprietários, pedindo a diminuição do limite expropriável para 40 hectares de irrigação básica e o fim da possibilidade de os latifundiários reservarem as melhores terras para eles, assim como suas máquinas e animais.

Nas cidades, os trabalhadores começaram a reivindicar melhores salários e condições de trabalho, as greves continuam aumentando exponencialmente. Muitas empresas foram ocupadas para forçar a sua nacionalização, mesmo aquelas que não preenchiam os critérios definidos pela UP (não havia uma lista definida nem havia possibilidade de passar uma lei pelo congresso, dominado pela direita). Por exemplo, a tecelagem Yarur, de propriedade de uma das famílias mais ricas do país, era uma das candidatas, mas o governo não havia anunciado sua nacionalização. Os dirigentes sindicais da fábrica que eram da UP e os trabalhadores de base precipitaram um conflito laboral, ocuparam a empresa e pediram a sua passagem para a APS. Como conta o historiador Peter Winn (□Tecedores da Revolução), depois de muito pressionar o governo e contando com a oposição pessoal de Allende, os trabalhadores o dobraram e o governo utilizou uma das chamadas brechas legais, utilizando legislação antiga e em desuso para intervir a empresa. Segundo o autor, nos ásperos diálogos, Allende foi claro e disse: □se eu ceder a vocês, outros farão o mesmo□. E efetivamente, várias outras empresas seguiram o mesmo caminho.

Os moradores sem-teto que, entre ocupações e favelas, constituíam cerca de 20/25% da população de Santiago seguiram ocupando terrenos e exigindo a construção de casas e melhorias. Chamados genericamente de □pobladores□, este movimento atingiu um alto grau de organização e consciência, chegando a ter verdadeiras comunas populares, como a ocupação □Nueva La Habana□, que chegou a reunir 9 mil pessoas sob a influência de um organismo para-partidário do Movimento de Esquerda Revolucionário – MIR, o MPR (Movimiento de Pobladores

Revolucionários).

O MIR era uma organização que não pertencia formalmente à Unidade Popular e havia sido formado originalmente por dissidentes do PS, trotskistas e independentes e depois seguiu uma linha castrista sob a direção de Miguel Enriquez.

Todos esses novos acontecimentos apareciam ainda como se fossem apenas um pouco mais do clima de ascenso e crise que se vivia antes da posse de Allende, com uma maior confiança por parte dos trabalhadores porque sentiam que o governo estava supostamente ao seu lado ou pelo menos que não usaria a repressão, como havia prometido solenemente.

Em julho de 1971 o Congresso aprovou por unanimidade a nacionalização completa das minas de cobre e Allende propôs que as empresas (americanas) fossem compensadas financeiramente, mas que os lucros extraordinários auferidos nos últimos 15 anos fossem descontados, o que por pressão popular acabou sendo confirmado pelos órgãos do estado. Na verdade, o cálculo que se fazia à época é que as empresas mineradoras haviam lucrado tanto como todo o investimento em capital fixo no país durante sua história!

Com isso, o imperialismo americano decide impor o chamado "bloqueio invisível" do país, cortando os créditos para as importações, bloqueando a renegociação da dívida externa do país, entrando em juízo para confiscar as exportações de cobre chilenas e financiando cada vez mais os movimentos de oposição ao governo. O nervosismo do imperialismo se explica pela situação na América Latina naquele período, com a desestabilização de vários países, como Argentina, Uruguai e Bolívia, no marco da iminente derrota no Vietnã e os reflexos da crise de 68 ainda bem presentes.

Começa a polarização extrema entre as classes fundamentais. A situação em direção ao final de 1971 vai lentamente mudando: a oposição burguesa se reorganizou, foi feita a primeira

manifestação de massas contra o governo, com as senhoras de classe média orquestrando a "marcha das panelas vazias", que coincidiu com a visita de um mês de Fidel Castro ao país, quando deu seu apoio à chamada "via pacífica ao socialismo"; a produção começou a cair por falta de investimentos, a inflação recomeçou a subir, as divisas do país se esgotaram, dificultando a importação de bens de consumo e insumos para a produção, o que levou o governo suspender o pagamento da dívida externa pela simples impossibilidade de continuar pagando.

Frente a isso a UP começou a deliberar para mudar de rumo. Foram várias reuniões na primeira metade de 1972, quando finalmente a linha econômica do governo foi mudada. Foi demitido o ministro Pedro Vuskovic, independente, e assumiu Orlando Millas, do PC, com a orientação de frear as nacionalizações e os aumentos salariais e negociar um acordo com a DC sobre a extensão da APS.

Pois foi naquele ano de 1972 em que tudo realmente começou a mudar de curso no que toca à disposição de luta das massas e à radicalização da oposição burguesa.

É preciso dizer que as nacionalizações previstas pelo governo da UP não representariam mais do que 20% dos trabalhadores industriais do país, ou seja a política de alianças proposta deixava de fora o restante dos trabalhadores industriais, sem contar os trabalhadores da construção civil, os desempregados, os artesãos, e um largo percentual de trabalhadores rurais não integrados à reforma agrária. Um autor chileno, Fernando Mires, calcula que ficavam de fora 1,7 milhões de pessoas, em uma força de trabalho que era de cerca de três milhões de pessoas...

Além disso, o método preferido da UP para nacionalizar era o de comprar as ações das empresas, o que foi feito em especial com os bancos; isso não tinha nenhuma semelhança com uma nacionalização de caráter socialista, expropriatória daqueles que tinham se apoderado por muitos anos da riqueza produzida

por seus trabalhadores. Por pressão dos trabalhadores e pela resistência da patronal, as nacionalizações por esse método não mais foram possíveis e o governo utilizou os métodos de intervenção e requisição das empresas, que tinham o inconveniente de perpetuar o conflito com os antigos proprietários nos meandros do aparato legal do país.

Por outro lado, o segundo o convênio CUT-governo de 1971, sobre a participação nas empresas da APS, o modelo de gestão seria dominado pelo Estado: a direção das empresas ficou nas mãos de um diretório com maioria nomeada pelo governo e a participação dos trabalhadores resumia-se em geral aos comitês de produção que ajudavam a implementar a política preferida do governo, impulsionada em especial pelo PC, a chamada "batalha da produção", que levou a que a produção das empresas da APS tivesse resultados espetaculares antes que a crise econômica e o mercado negro não se tornassem dominantes.

Na própria APS começaram a haver muitas críticas ao modelo, exigindo aumento da participação real dos trabalhadores, apontando em direção ao controle efetivo das empresas, como se expressou, por exemplo, no Encontro de Empresas Têxteis da APS, o principal setor industrial nacionalizado, realizado em meados de 1972.

Começou a se formar, ao calor dos acontecimentos e da pressão das massas, uma polarização dentro da própria UP: contra a posição de Allende e do PC, alinhou-se a ala esquerda, majoritária, do PS, mais o MAPU, a Esquerda Cristã (uma nova cisão da DC ocorrida após a eleição de Allende) e de fora da Unidade Popular, o MIR. Os lemas da época eram "consolidar para avançar" e "avançar sem conciliar", o que parece um jogo de palavras, mas significava que amplos setores das massas começaram a manifestar um enfoque diferente sobre a forma de enfrentar os patrões e a reação, sem deixar de apoiar o governo.

Em maio, a direita se propõe a ocupar as ruas de Concepción, a

segunda cidade industrial do país; a ala esquerda da UP e o MIR lideraram uma das maiores manifestações na história da cidade a fim de impedi-los, sendo reprimidos pela polícia sob as ordens do prefeito do PC. Mais tarde, em julho, realiza-se a chamada Assembleia Popular de Concepción, na verdade um fórum público onde a esquerda debateu os rumos do processo chileno, com a presença independente, pela primeira vez, de vários organismos sociais, onde se pediu essencialmente a convocação de uma Assembleia Popular para implementar o programa da UP. Mesmo assim, foram publicamente desautorizados por Allende que reclamou da tentativa de se criar uma nova direção para o movimento popular.

Em junho um acontecimento de grande magnitude ocorreu: a energia das massas começa a se expressar em lutas mais radicais, como já acontecia em todo o país, com o aumento ainda maior do número de greves ilegais, ocupações, barricadas nas ruas. Como em todos os grandes processos revolucionários, começaram a surgir organismos mais amplos, para dirigir as lutas, que haviam se ampliado e não mais poderiam ser levadas a bom termo pelas estruturas tradicionais, no caso da CUT. E isso se produziu, como costuma ocorrer sempre em situações semelhantes, da forma menos esperada.

A região de Cerrillos, ao sul da capital, era a principal concentração fabril de Santiago, contando com 46 mil trabalhadores espalhados por 250 fábricas (o país contava com 550 mil operários industriais). A maior parte das fábricas da região era moderna e não estava contemplada nos planos de nacionalização do governo, muito menos com a redução de seu número sob a nova orientação econômica da UP. Algumas dezenas de fábricas se mobilizaram, e os trabalhadores ocuparam as ruas do distrito, chegaram a ocupar o ministério do trabalho, dirigido por Mireya Baltra, comunista. Esse movimento se chocava frontalmente com os novos planos da Unidade Popular de frear as nacionalizações e ainda uniu-se às mobilizações dos camponeses da região. O cordão Cerrillos foi formado como uma

coordenação entre os sindicatos de fábrica da região (os sindicatos chilenos eram organizados por fábrica), passando por cima da compartimentação imposta pela lei sindical e pela estrutura da CUT que não tinha organismos locais para coordenar as lutas, adotando uma forma territorial de organização. A plataforma de fundação do cordão já anuncia uma clara pressão para radicalizar o processo, pedindo além da passagem de muitas fábricas para a APS, o controle operário sobre todas as demais empresas na cidade e no campo, o estabelecimento de uma assembleia popular em substituição ao parlamento burguês e, sem deixar de reafirmar a legitimidade popular do governo, consideravam apoiá-lo “na medida em que este interpretasse as lutas e as mobilizações dos trabalhadores”, o que dava uma nota bem mais crítica ao movimento social. Posteriormente organizaram-se mais cerca de 30 cordões industriais em Santiago e ao longo do país. Eles contaram com um grau desigual de adesão e massividade, dependendo das conjunturas. Assim, durante as grandes crises que analisaremos a seguir tiveram um papel destacadíssimo, assumindo, a partir de sua origem sindical tarefas claramente políticas, refluindo posteriormente para reuniões de dirigentes sindicais com militância em partidos mais à esquerda (esquerda do PS, MIR) sem se independizarem do governo, funcionando como uma espécie de pressão de massas para tentar radicalizá-lo.

O locaute de outubro e o surgimento de uma situação abertamente revolucionária

A burguesia e o imperialismo, utilizando métodos que já haviam experimentado em outros países e conjunturas, como no Brasil de Jango, começaram a estimular os setores de classe média e todos os descontentes com o governo e se propuseram a lançar uma ofensiva final para derrubar ou fazer capitular a UP.

Tudo começou com uma greve de caminhoneiros privados contrários à criação de uma empresa regional de transportes estatal no sul e que se estendeu a todo o Chile. Em um país

tão longo e estreito, o cálculo é que isso faria o governo capitular rapidamente. Somaram-se as associações de profissionais liberais, em especial os médicos, os estabelecimentos comerciais, o transporte urbano e a patronal industrial. Era o locaute patronal massivo...

O governo e a CUT reagiram formalmente, sem muita energia nem iniciativa, mas as massas deram uma resposta impressionante. Os trabalhadores decidiram que a conspiração burguesa para paralisar o país não prosperaria e decidiram tomar a produção em suas mãos. As fábricas foram ocupadas, os meios de transporte foram em muitos casos requisitados, muitos comércios foram abertos à força, começaram a se organizar formas de controle de preços e de distribuição direta em forma massiva, contra o cada vez mais florescente mercado negro. (calcula-se que cerca de metade da população de Santiago era abastecida pelos organismos populares em 1973, apesar de que 70% da distribuição atacadista estava nas mãos privadas e abastecia o mercado negro). Ah, sim, sem esquecer os comitês de vigilância para enfrentar os bandos fascistas e proteger as indústrias. Além dos cordões, surgiram comitês de coordenação com as lutas de bairros, os comandos comunais. Nas fábricas e bairros, pouco importava a filiação política, mesmo os trabalhadores democrata-cristãos aderiram a esta frente única de classe que tinham um caráter muito mais amplo que os setores organizados pela CUT e os partidos de esquerda. O locaute patronal havia fracassado! E nunca antes a classe trabalhadora chilena havia expressado tal combatividade, união e energia!

Mas os dirigentes da UP não estavam à altura dos seus liderados. Em vez de se apoiarem na mobilização para encurralarem e derrotarem a burguesia e seus partidos, optaram pelo caminho da conciliação. Um processo que tinha começado como uma série de reformas, todas compatíveis com o sistema capitalista, havia chegado pouco a pouco a um impasse por força da intensa polarização de classes para chegar um novo

auge em outubro. Sem chegar ainda a uma situação tão explosiva como em outras situações revolucionárias como na Espanha em 1936 ou a Bolívia em 1952, mas com um grau de mobilização inédito na América Latina há muito tempo, havia as condições para romper as amarras do legalismo e do programa autorestritivo da UP. Mas não foi essa a conclusão da maioria da liderança da UP. E mesmo os que pediam o avanço, na ala esquerda da própria UP, não percebiam que era preciso forjar uma alternativa independente à UP. Na verdade, constituíam-se em outro empecilho para a radicalização necessária, pois insistiam que o poder popular não deveria ser realmente independente, procuravam utilizá-lo como um elemento de pressão pela esquerda nos marcos do apoio ao governo.

Allende concluiu um acordo com a DC para incluir os comandantes das forças armadas ao gabinete com a principal missão de garantir as eleições parlamentares de março de 1973 e devolver as fábricas ocupadas durante o locaute de outubro. Do ponto de vista econômico, isso veio a ser conhecido como o plano Prats-Millas (seus formuladores haviam sido o general Prats, comandante do Exército, e Orlando Millas, comunista e ministro de Economia) que previa reduzir a Área de Propriedade Social das 120 empresas inicialmente previstas para somente 49. Recordemos que cerca de 200 estavam ocupadas àquele momento como fruto do locaute de outubro. Este número chegou a mais de 300 em 1973, agrupando cerca de 40% dos trabalhadores industriais do país. Quando foi oficialmente lançado foi duramente combatido pelos cordões industriais com novas manifestações no centro de Santiago e barricadas nos distritos industriais. O plano teve que ser convenientemente engavetado, pois o governo não tinha forças para impô-lo.

As eleições de 1973, o tancazo e a preparação do golpe

Contrariamente a todas as expectativas, a oposição burguesa não conseguiu os 2/3 dos votos para declarar o impedimento de Allende, mesmo com os milhões de dólares despejados pelo imperialismo americano, o galopante mercado negro, a inflação

que fechou 1972 ao redor de 200%. Com os 44% dados à UP, a via institucional do processo chileno estava fechada, como reconheceu o principal assessor político de Allende, o catalão Joan Garcés. Era voz corrente que o enfrentamento entre o processo revolucionário e a contrarrevolução era inevitável.

O padrão após a metade de 1972 se repetiu de forma acentuada: a oposição utilizou todas as suas armas legais, o poder Judiciário, o Congresso, a Controladoria da República, o seu poder econômico, financiando o mercado negro, o desabastecimento, os locautes patronais, as associações de classe média e seus meios extralegais, os bandos armados fascistas.

Em 29 de junho se dá o penúltimo ato do processo, já prenunciando o desastre: um regimento de tanques se levanta em Santiago, cerca o palácio presidencial, mata cerca de 22 pessoas, mas não consegue a adesão das demais unidades das Forças Armadas. A reação popular é espetacular, novamente, e num tempo concentrado: naquele dia, outra vez, a grande maioria das empresas foi ocupada. Uma grande manifestação comandada pelos cordões industriais vai a uma concentração em frente ao palácio exigindo o fechamento do Congresso e a punição aos golpistas. Mas Allende foi inflexível e se apegou desesperadamente à institucionalidade, deixando até de aplicar medidas elementares de saneamento dentro das corporações militares, coisa que muitos governantes pelo mundo já o fizeram sem serem revolucionários. Ao final da manifestação apresentou os generais que, junto com Prats haviam sido os heróis que haviam impedido o triunfo do golpe (entre eles, incrivelmente, o próprio Pinochet) e declarou o estado de emergência, o que dava aos militares o controle do país.

Os meses seguintes mostraram a oposição preparando o terreno para o golpe: a Suprema Corte e o Congresso declararam a ilegalidade do governo, abrindo o caminho “legal” aos golpistas.

Os militares começaram a se exercitar e coesionar suas fileiras. O pretexto foi a Lei de Controle de Armas aprovada após o locaute de outubro, sem que Allende a vetasse, e que permitia que os militares realizassem operações de busca e apreensão em qualquer lugar. Com essa desculpa foram acostumando os soldados rasos a se enfrentarem aos trabalhadores, foram testando a resistência dos cordões industriais.

Uma última e patética negociação foi patrocinada por Allende e o PC: um novo diálogo com a DC, já claramente voltada para a derrubada do governo. O jornal do PC, El Siglo, estampava a manchete, "depois de um tancazo, por que não um dialogazo?" E por intermináveis cerca de 30 dias perderam tempo com uma campanha contra a guerra civil, quando havia é que se preparar para ela...A DC exigiu a capitulação total (um gabinete só de militares, a devolução de todas as empresas ocupadas, a promulgação de reforma constitucional que limitava drasticamente a APS e a repressão aos cordões industriais), o que Allende não podia aceitar.

Os trabalhadores ficaram confusos e desmoralizados pela negativa do governo em contra-atacar a direita e pelas concessões feitas. Uma última, simbólica e inútil concessão foi a entrega do Canal 9 de TV, ocupado por seus trabalhadores e que conseguiam furar um pouco o bloqueio jornalístico dos monopólios televisivos. Prevendo qualquer ataque os trabalhadores por meio de seus sindicatos designavam guardas permanentes para proteger o canal 9.

O resto já é conhecido. O golpe de 11 de setembro teve pouca, mas heróica resistência, em especial em algumas fábricas dos cordões. Cabem algumas considerações finais sobre o caráter do governo da Unidade Popular, seu programa e as alternativas que se estavam gerando ao final do processo, mas que não tiveram tempo de amadurecer.

O programa da Unidade Popular (UP) revelou-se equivocado, pois

não contemplava a união das amplas camadas de explorados e oprimidos do país e propunha a aliança com uma suposta burguesia nacional antimonopolista que se demonstrou estar mais ligada aos interesses do grande capital e ter uma clara concordância ideológica com este, mesmo no momento em que auferiu imensos lucros, arrastando setores importantes da classe média.

Há na caudalosa polêmica sobre a experiência chilena: uma corrente majoritária dentro da esquerda e fora dela argumenta que o desastre se deveu à falta de acordo com o centro político (que supostamente representava a classe média e a burguesia “nacional”), ou seja, a DC. Sem poder entrarmos profundamente no tema, uma observação. A DC era o partido mais importante do capital no Chile, seus setores mais progressistas haviam rompido pela esquerda e sua base trabalhadora estava disposta a enfrentar o patronato como se demonstrou no locaute de outubro. Por outro lado, o limitado programa de reformas da Unidade Popular em uma sociedade dependente do imperialismo e tremendamente desigual abriu as comportas da luta social em uma sociedade extremamente desigual, o que desembocou em um grandioso processo revolucionário, que não comportava soluções parlamentares, nem a conciliação. As classes sociais fundamentais estavam em movimento e só o confronto poderia saldar contas. Revolução e contrarrevolução se enfrentavam nas ruas, fábricas campos e minas do país. O acordo com a DC significaria claramente a capitulação de todo o movimento social e a repressão de sua vanguarda, o que a UP não se atreveu a fazer. Ficou na metade do caminho, tentando desesperadamente conter o movimento que de certa forma provocou e que a ultrapassou completamente.

Debate entre Waldo Mermelstein e Mario Maestri sobre o significado da queda de Aleppo

Querido Waldo:

“No nos saquemos la suerte entre gitanos” – diziam os companheiros chilenos. Sabes bem as razões pelas quais camaradas marxistas-revolucionários saúdam a queda de Aleppo como enorme vitória sobre o imperialismo estadunidense e mundial. E eu estou entre eles, com orgulho. Sabes também os motivos pelos quais os mesmos impugnam qualquer apoio, mesmo travestido de esquerda, à ofensiva em curso pela destruição do Estado sírio. Vou retomar, com alguns exemplos, a discussão que iniciamos em correspondência pessoal.

De 1979-1989, o morenismo [e outras correntes que se diziam trotskistas – mandelistas e lambertistas, sobretudo] saudaram eufóricas a agonia da revolução afegã. Diziam que se tratava da expansão-invasão do “imperialismo soviético”. Os *mujahedins* fundamentalistas foram louvados como revolucionários, mesmo quando degolavam comunistas e nacionalistas afegãos. Jamais houve dúvida do financiamento da contrarrevolução afegã [madrassas] pelo imperialismo, através sobretudo da Arábia Saudita. Após a vitória da contrarrevolução, com o domínio do país pelo fundamentalismo talibã, os morenistas não falaram mais de revolução afegã.

Nos anos 1990, enquanto se consolidava a hecatombe histórica do mundo do trabalho que nos oprime até hoje, os morenistas soltavam fogos festejando a dissolução da URSS e dos países operários do Leste Europeu. Tratava-se do avanço da “Revolução Política”, diziam! A contrarrevolução capitalista se impôs, com terríveis sequelas para centenas de milhões de populares e

para o destino da humanidade. E os morenistas seguiram festejando a morte do “stalinismo”, como principal entrave à revolução. Nem vou me referir à exigência de L. Trotsky da defesa incondicional da URSS.

Os morenistas festejaram também a explosão da Iugoslávia, impulsionada pelos Estados Unidos, Alemanha, Itália e Vaticano, sobretudo. Eu escuto ainda hoje com horror os aviões da Otan que sobrevoavam o norte da Itália arrasando a resistência indefesa sérvia. Mais uma vez, abraçados ao imperialismo, os morenistas celebravam a derrota, a prisão e a seguir, a morte, do terrível “ditador” Slobodan Milosevic. Neste ano, Milosevic seria inocentado das acusações pelo próprio tribunal internacional ao serviço do imperialismo que o manteve preso até sua morte.

Vergada, boa parte da Iugoslávia deu origem a “Estados bandidos”, campo de caça do que há de pior no capital mundial – droga, prostituição, etc. A população Iugoslava, que conhecia indiscutível desenvolvimento econômico e social, pagou a terrível conta e, terminada a “festa”, nunca mais ouvimos uma palavra dos morenistas [e mandelistas, lambertistas, etc.] sobre a tal de revolução que viam em curso naquele país.

O imperialismo seguiu em frente em seu processo de destruição dos Estados nacionais que o incomodam na implementação da ordem mundial que delinearam. O caso da Líbia é exemplar e recente. Arrasaram o país, privatizaram o petróleo, tudo para livrar aquele país do também terrível ditador, folga dizer. Para os morenistas, era a revolução em marcha na Líbia! Eles entraram em verdadeiro orgasmo, quando Guedaffi foi humilhado, torturado, estuprado, confundindo-se também nisso aos islamistas fanáticos. O Estado líbio literalmente desapareceu, em uma orgia de crimes contra a população, com destaque para a negro-africana. Quando a nós, seguimos, como nos casos anteriores, perguntando, “où est passé” a tal de revolução morenista! Nem mais uma palavra.

O caso da Síria, o último dos grandes Estados laicos da região, é de certo modo apenas um prosseguimento. A Síria constitui – e sempre constituiu – um entrave geral à imposição plena na região do imperialismo estadunidense e europeu [com destaque para o francês], sobretudo após o arrasamento do Iraque. Havia que subjugar-lá, sempre para depor um terrível ditador!

A “revolução” síria nasceu alimentada, desde o primeiro momento, pelo imperialismo, na esteira da maré fundamentalista que varreu a região. Na linha de frente estiveram e estão os Estados Unidos, a França, a Alemanha, a Arábia Saudita, Israel, a Turquia. E os morenistas deram e estão dando sua pequena mas barulhenta contribuição. Sempre para defender a população do terrível ditador e para fazer avançar os “revolucionários” imaginados! No ano passado, já sem travas, propuseram uma “frente” contra o ditador dos revolucionários com o imperialismo!

Também aqui, ao contrário da Tunísia e do Egito, não temos o mais mínimo traço de forças operárias, democráticas, socialistas, comunistas lutando contra o terrível ditador. Ao contrário, mesmo opostos a ele, essas forças se juntaram na defesa do esfaqueamento do Estado sírio, pois é isso que pretendeu e praticamente se alcançou. Se vencer o fundamentalismo, teremos certamente três ou quatro Sírias, todas ajustadas ao imperialismo.

Tudo isso fez e gritou o morenismo, que, nos últimos tempos, deu um passo mais ao aliar-se ao imperialismo e ao grande capital no golpe que vivemos, sempre, é claro, pela “esquerda”.

Preocupa-me, caro Waldo, nas tuas sempre interessantes e informadas leituras sobre a Síria, que nelas não entre, praticamente para nada, a ação do imperialismo e da contrarrevolução mundial em marcha. É como se ele e ela não existissem. Diversos companheiros já te chamaram a atenção

sobre esse fato. Tudo seria obra do terrível ditador – e devemos fazer tudo para derrubá-lo. O que os Estados Unidos e a OTAN exigem, desde o início do conflito. A responsabilidade seria também da Rússia e do Irã. Lembro que uma e outra apoiam a Síria, não por serem anti-imperialistas, mas sobretudo por defesa nacional. Eles sabem que serão a próxima bola da vez!

Te chamei a atenção, há algumas semanas, para uma analogia histórica interessante. O Brasil Imperial e a Argentina liberal atacaram, em 1865, a pequena República do Paraguai dizendo que o faziam para combater o ditador Solano López. E ele era, indiscutivelmente, um ditador. Ganha a guerra, o Império e a Argentina destruíram o Estado então vigente e subjugaram por décadas e décadas e, de certa forma, até hoje, o país! Quem pagou o pato foi o país e a população!

Abraço forte do companheiro Mário Maestri

Companheiro Mario Maestri,

1- Em primeiro lugar, não creio que o mais apropriado seja fazer aqui um longo balanço histórico da corrente a que pertenço ao longo de várias décadas sobre o tema do imperialismo americano e suas relações com países de alguma forma a ele subordinados. Começar assim o debate sobre um tema tão urgente como Aleppo, pela sua transcendência negativa em toda a região, é uma má ideia, pois os assuntos de história, como você sabe mais do que eu por sua especialização profissional, necessitam de tempo, rigor e demonstração exaustiva para se fazer um debate produtivo. E pode haver coincidências e divergências que não estejam exatamente enquadradas pela trajetória histórica. É por achar demasiado importante o enfoque que o considero deslocado. Pode ser que tenhas razão em algumas questões históricas e que isso não necessariamente se reflita no tema conjuntural. E a memória trai. Por exemplo, sobre o tema afegão, participei diretamente

da conferência que debateu o assunto e apesar de nos opormos à invasão soviética, como é tradição no marxismo que não apoia a imposição *manu militari* de opções revolucionárias (que em nossa opinião não era o caso, mas é outro debate), tomamos muito cuidado em não apoiar a resistência dos *mujahedins* exatamente por ser totalmente controlada pela CIA; Uma simples consulta à Correspondência Internacional, órgão do Comitê Paritário que tínhamos à época com a corrente trotskista lambertista entre 1979 e 1981, pode esclarecer o tema.

2- O tema da situação real no Oriente Médio e as diversas mudanças na política do imperialismo americano.

A tentativa de retomar as jazidas de petróleo e de ter um controle mais direto e seguro dos estados nacionais da região foi implementada a fundo pelos americanos com a invasão do Afeganistão e principalmente a do Iraque...e fracassou. Não houve uma derrota ao estilo do Vietnã, nas mãos de uma direção nacionalista, mas o Iraque se transformou em um atoleiro em termos financeiros e militares. Não digo que os americanos não poderiam seguir a guerra, mas que os custos eram incompatíveis com o foco maior na dominação mundial que exercem. Não poderiam manter um esforço tão grande na região sem comprometer os demais pontos do globo. A partir da retirada, reforçaram a tentativa de maior colaboração e divisão de tarefas com os demais imperialismos e com as potências regionais. O ensaio inicial de encampar os levantes nos países do Oriente Médio e do Norte da África foi rapidamente substituído por uma linha muito mais cuidadosa e que evitava como a peste a desestabilização dos regimes, ao estilo da Líbia.

No caso da Síria, a política do imperialismo foi, em primeiro lugar, a de tentar desviar, controlar, e influir sobre o curso das mobilizações. Só uma interpretação maniqueísta pode dizer que o imenso levante popular que o país conheceu foi tudo um engendro americano. O que houve foi uma luta para impor o

controle a partir de uma desestabilização real, pelas mãos de centenas de milhares de pessoas mobilizadas. A militarização do conflito ajudou sobremaneira a que os fundamentalistas (incluindo desde correntes “moderadas” ao estilo da Irmandade Muçulmana até jihadistas como Al Nusra) ganhassem influência sobre a população e sobre o movimento de oposição ao regime, sem que deixassem de existir os grupos laicos. Além disso, o atraso determinado por uma ditadura impiedosa que impediu qualquer expressão de vida política (imagino o quão informado você está sobre isso para abundar em detalhes) e a pequena participação organizada dos trabalhadores e da esquerda permitiram o avanço nesse sentido.

Mas a política do imperialismo nunca foi a de apoiar a deposição pura e simples do regime de Assad, mas a de construir uma oposição confiável (“moderada”, na linguagem diplomática) e que pudesse substituir de forma ordenada e não caótica o governo, sem cometer o erro grosseiro do Iraque em que deixaram o vazio com a destruição do regime de Sadam.

Mesmo quando começaram os primeiros massacres contra civis desarmados, em março de 2011, a então secretária de Estado Hillary Clinton [declarava](#), que, ao contrário do seu pai, Hafez al-Assad, considerava Bashar al-Assad um “reformista”, o que descartava a intervenção militar direta.

Os EUA tentaram um acordo entre o regime e as forças de oposição vinculadas aos regimes ocidentais, à Turquia e aos países do Golfo, segundo o modelo “iemenita”, em que a substituição do governo foi feita com a manutenção do regime. Mesmo quando Assad demonstrou que não cederia e escalou dramaticamente a repressão, o chamado de Obama à deposição de Assad não propunha a mudança de regime. A partir de setembro de 2015, com a massiva intervenção militar direta russa, os EUA deixaram ainda mais claro [que não propunham uma mudança de regime](#). E no último período, a política americana procura algum tipo de compromisso com Moscou na região, ainda que mantenham a política ofensiva em termos globais contra os russos. Foi a política seguida desde então por Obama e mais

ainda a política abertamente enunciada por Trump para a região. Não está claro, no entanto, qual será sua política de conjunto em relação à Rússia, se manterá a ofensiva da última década e meia ou procurará algum tipo de acordo para poder enfrentar a China. É notável que não tenhas sequer mencionado as intenções anunciadas por Trump para o Oriente Médio. Mesmo que não se concretizem tal e qual, sinalizam um entendimento que, justiça seja feita, Obama já havia iniciado. A comemoração dos círculos ligados ao candidato de direita francesa, Fillon, com a queda de Aleppo, é outro alerta vermelho. Há um realinhamento na região, em direção a um acordo para manter o regime, como se vê na nova posição da Turquia, que só se interessa mesmo é em evitar o surgimento de qualquer estado autônomo curdo. Negociam com a Rússia algum tipo de transição com Assad. O Egito de Sisi mudou totalmente de posição apoiando abertamente Assad, entrando em choque com os sauditas. E para quem compreende que a guerra mantém uma continuidade com a política, a negativa americana em entregar armas para a defesa contra a força aérea de Assad e de Putin, coisa muito eficaz e relativamente simples de ser feita do ponto de vista militar nos dias de hoje, facilitou que Assad se mantivesse no poder. Assim, a realidade é muito mais complexa e menos linear do que você apresenta. E mesmo do ponto de vista geopolítico, falta uma análise da região que mantenha contato com a teimosa mensagem enviada pelos fatos. Que recoloca na sua devida dimensão um levante popular que sacudiu toda a região; que explique suas causas materiais, objetivas e que se debruce em suas tremendas deficiências sociais e políticas, na falta de uma participação da classe trabalhadora organizada e de correntes de esquerda fortes e combativas, o que excede este debate, é claro, mas que é urgentemente necessário.

3- Aqui, evidentemente, há um aspecto teórico central em discussão. A análise da realidade sob a ótica marxista necessita ser encarada a partir da relação entre as classes sociais e sua conexão com a hierarquia e as disputas no

sistema de estados. Toda tentativa de análise baseada em somente um dos aspectos levará a equívocos, por mais que o centro seja sempre a luta entre as classes fundamentais em determinado país. Em minha opinião, sua análise pende perigosamente para a unilateralidade. Falta o mais importante, uma análise concreta, mesmo que rápida, sobre o que é o regime de Assad: o giro neoliberal que já havia sido dado, privatizando empresas públicas, cortando subsídios e o domínio dos clãs ligados à sua família (seu primo, Rami Makhlouf, é a pessoa mais rica do país) , à burguesia alauíta e à alta burguesia sunita; a construção de um aparelho de segurança ligado aos alauítas e à sua família, constituindo uma verdadeira guarda pretoriana do regime, controlada com mão de ferro pela dinastia e que não se dividiu ao massacrar o povo, como ocorreu com outras poderosas forças armadas na região. Além disso, houve uma importante aproximação com o imperialismo. Não por acaso, a dinastia dos Assad apoiou as duas guerras do Iraque, apoiou a guerra reacionária do Iraque contra o Irã nos anos 80, aceitou prisioneiros da CIA em seu território depois do 11/9, expulsou o dirigente do PKK curdo, Ocalan do país para ser preso na Turquia, e nada tinha nem tem de anti-imperialista.

Capítulo à parte merece a política do regime com os palestinos. A brutal repressão em Yarmouk só foi saudada pelo Comando Geral de Ahmed Jibril, ligado ao regime e que depois teve que abandonar a cidade. Os palestinos já conheciam a mão pesada do assadismo, como quando impôs o controle do Líbano e evitou a vitória da esquerda na guerra civil dos anos 70-80. Tel al-Zaatar, o campo palestino massacrado em 1976 pelas tropas sírias e pela falange maronita é um símbolo que você conhece e que qualquer palestino reconhece.

Outra coisa é que não seja o regime dos sonhos dos americanos, mas fantasiar a suposta “resistência síria” ao imperialismo diminui a tua capacidade de análise, com o objetivo de comprovar uma tese sem nenhuma base na realidade.

Evidentemente, a disputa do imperialismo americano e europeu com a Rússia tornou o tema sírio uma questão central para Moscou, mas para manter a sua força enquanto potência no mínimo regional.

4- Este erro de análise poderia ser facilmente sanável com uma discussão concreta, mas há um erro político mais grave que eu denominaria de “campismo tardio”. Essa linha de considerar o mundo essencialmente em termos geopolíticos já seria equivocada nos tempos da Guerra Fria. Naquele tempo, havia estados pós-capitalistas ou não-capitalistas que eram atacados pelo imperialismo e a posição de estar do lado desses últimos estados contra as agressões imperialistas era um precioso legado dos últimos escritos de Trotsky. Sem fazer um balanço mais exaustivo, alguns setores das correntes que reivindicavam a IV Internacional foram longe demais e acabaram capitulando àqueles regimes. Tiveram dificuldades em apoiar os levantes dos operários de Berlim em 53, mas isso foi sendo corrigido de certa forma. Se transposta àquelas situações, o que você coloca poria em xeque o apoio às revoluções anti-burocráticas na Tchecoslováquia em 68, na Polônia em 1966, 1970, 1976 e 1980 e inclusive a heroica luta da Praça da Paz Celestial em 1989, pois suas direções tendiam claramente a uma linha que levava à restauração do capitalismo. Por outro lado, e sistematicamente, as correntes trotskistas latino-americanas se negaram a se diferenciar da direção castrista em seu apoio à invasão da Tchecoslováquia, por exemplo.

Agora, quando o caso são regimes que giraram ao apoio ao imperialismo, à reconversão neoliberal, isso é de um anacronismo total. Khadafi, Assad, todos giraram em direção a políticas neoliberais, não na medida exigida pelo imperialismo, mas sem a fraseologia e as medidas nacionalistas dos anos 60 e 70. Basta ver as boas relações que Khadafi começava a ter com o imperialismo e como inclusive Assad começa a ter um tratamento mais respeitoso. Fiquei impressionado com a [entrevista](#) que a RTP portuguesa fez com

ele, aproveitando-se da oportunidade da eleição de Guterres como Secretário-Geral da ONU.

5- Mas o mais grave nesse campismo reciclado é que, mesmo que fosse correta a sua análise, a linha apresentada está errada. Não poderia deixar de criticar duramente o que está sendo feito em Aleppo. Quando falamos de um tema sobre o qual a esquerda tem pouca ou nenhuma influência como é o caso interno da Síria, a primeira coisa é pensarmos que mensagem queremos deixar para a vanguarda e os trabalhadores daquele país. Se lá estivéssemos estaríamos nos alistando para bombardear a cidade de Aleppo? Foi isso o que mais me escandalizou em sua posição. Claro que não se pode dar o mais mínimo apoio político aos setores fundamentalistas que predominam entre os rebeldes. Mas não é verdade que sejam a única expressão de oposição ao governo, mesmo tanto tempo depois de uma guerra civil mortífera. Em condições extremas de repressão, depois de cinco anos de guerra, ainda tiveram forças de se [manifestar contra o regime e o fundamentalismo em todo o país](#) em março deste ano, durante uma breve pausa na guerra civil.

E, o mais importante: é verdade que um regime anti-imperialista teria nosso apoio se atuasse dessa forma? Mesmo que a causa fosse justa, que houvesse um real enfrentamento com o imperialismo, nunca se poderia apoiar um massacre como este.

Nem me refiro aos argumentos de outras pessoas sobre o tema e que dizem que os que falam contra o massacre de Aleppo não se referem aos outros massacres na região. Deparei-me com essa linha de argumentação muitas vezes na vida, ultimamente com os sionistas que reclamam que falamos das barbáries cometidas por Israel sem tocar dos demais massacres no Oriente Médio.

Mas estamos falando essencialmente para países ocidentais, em que há algum grau importante de democracia, a maior parte conquistada a duras penas e colocada cada vez mais em questão

pela ofensiva do capital. É razoável que saudemos o bombardeio aéreo de populações civis? Essa é a mensagem que queremos passar? Israel perdeu a batalha pelos corações e mentes quando dos massacres durante a guerra do Líbano em 2006 e em Gaza em 2008, só piorando depois. A esquerda não pode se confundir com esse tipo de barbárie. Mesmo que fossem anti-imperialistas. Mas seriam métodos burgueses, assassinos, que não elevam a auto-organização, a autoconfiança e a solidariedade dos trabalhadores e do povo. Agora, defender o massacre como o de Aleppo em nome de um regime decrépito, burguês até a alma, neoliberal e assassino? A comparação com Solano Lopez é claramente anacrônica. Assad não resiste ao imperialismo, nem adota medidas progressivas, no marco de seu caráter ditatorial. É realmente demonstrar uma desesperança muito grande com a causa dos trabalhadores do mundo depositar as esperanças em “vitórias” como as em Aleppo. Pense no efeito que isso terá no Oriente Médio e na Síria. Aumentará a força dos trabalhadores e dos setores oprimidos ou reforçará os regimes mais despóticos? Esse é o eixo do problema e que lamentavelmente você ignora ou dá uma resposta oposta ao que seria condizente com a sua condição de marxista.

Waldo Mermelstein

Foto: KARAM AL-MASRI/AFP

Blog Convergência: um Adeus com gosto de Até Breve

Conselho Editorial |

O Convergência surgiu na internet no dia 21 de setembro de 2012. Ao longo destes quatro anos publicamos 706 textos, redigidos por 159 diferentes autores. Fomos visitados, nos últimos 12 meses, por cerca de 200 mil usuários, que visualizaram perto de meio milhão de páginas. Agora, o Blog Convergência está saindo do ar.

Ele era uma iniciativa associada ao PSTU. Em função da ruptura com o PSTU dos militantes que constituímos o MAIS, chegou a hora de dizer adeus. Não estamos, porém, abandonando a tarefa que nos propusemos. Muito pelo contrario.

Estamos criando uma nova ferramenta, integrada ao [Esquerda Online](#). Abraçamos o projeto de construir um portal diário da esquerda radical. Ele estará voltado a relatar, online, nossas lutas políticas e teóricas pela revolução brasileira.

Nosso adeus, portanto, é muito mais um convite que uma despedida, mais um avanço do que um recuo, mais um salto do que uma queda. Até mesmo porque o novo blog será, também, uma ferramenta ao serviço da reorganização da esquerda anticapitalista na conjuntura aberta pós-golpe parlamentar, em que as tarefas da luta teórico-programática serão, em função da crise do lulismo/petismo, mais desafiadoras.

Assim a equipe que era responsável pelo Blog Convergência estará vinculada, intimamente, ao surgimento de uma nova organização marxista revolucionaria que se coloca este propósito: o Movimento por uma Alternativa Independente e

Socialista, [Mais](#).

Dois momentos

Ao olharmos para trás, podemos localizar na trajetória do Blog dois momentos distintos. Um primeiro, até abril de 2015, esteve voltado para a defesa do marxismo junto à intelectualidade universitária, e orientado para o desenvolvimento da reflexão crítica nas fileiras do PSTU. No segundo, o Blog Convergência serviu, também, através da divulgação e polêmica marxista, como uma referência educativa na luta de ideias dentro do partido. Este debate encontrou limites intransponíveis e resultou, em julho deste ano, na ruptura de quase metade da militância da antiga organização, e na formação do Mais.

A gênese do Blog, portanto, se deu dentro das fileiras universitárias. Mais especificamente, sua origem vem do [VII Colóquio Internacional Marx & Engels](#), realizado entre os dias 24 e 27 de junho de 2012 na Unicamp. A importante presença do PSTU no espaço levou seus ativistas acadêmicos, em iniciativa articulada com a direção do PSTU, a optarem pela formação de um blog dedicado à divulgação e luta teórico-programática.

A ideia inicial, em que Daniela Mussi, Alvaro Bianchi, Ruy Braga, Henrique Carneiro, Felipe Demier, Waldo Mermelstein, Valério Arcary e Carlos Zacarias, entre outros militantes da [Revista Outubro](#), tiveram papel de destaque, era organizar a circulação de textos, entrevistas e a divulgação de atividades acadêmicas marxistas. O acirramento da luta de classes, menos de três anos depois, ampliou esses objetivos.*

Um dos detonadores de um novo momento na luta interna foi a irrupção de massivas e reacionárias mobilizações das camadas médias a partir do [dia 15 de março de 2015](#). Com elas, pela primeira vez depois do fim da ditadura militar, a oposição de direita conseguiu audiência de massas para disputar nas ruas o destino do governo de conciliação de classes encabeçado pelo

PT.

Naquele momento, duas distintas visões de mundo, que já se gestavam no PSTU desde Junho de 2013, vieram à tona. De um lado, uma maioria dos dirigentes veteranos do partido defendia que a palavra de ordem Fora Todos, portanto, também, Fora Dilma, deveria ordenar o programa. Segundo tal visão, a gravidade da crise econômica e política que atingia o país, associadas à operação LavaJato empurravam a classe média, potencialmente, à oposição ao governo. Esta interpretação tornava o debate em torno da adesão ou não ao movimento das camadas médias vestidas de “verde-amarelo” uma questão, meramente, tática. Caso os trabalhadores aderissem em massa às mobilizações, foi até considerado como hipótese que seria papel dos socialistas revolucionários juntar-se a eles em uma grande mobilização contrária ao governo Dilma.

Em oposição, uma minoria dos quadros veteranos, e a maioria da geração mais jovem, aqueles que se uniram à luta nos últimos quinze anos, argumentavam outra interpretação e outra política. As camadas médias abastadas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba, que tomavam as ruas nos atos de domingo, o faziam por enxergarem uma brecha política frente ao desastroso governo do PT. A ida da classe média as ruas com uniforme da CBF era algo a ser combatido, e não aplaudido.

A síntese destas duas posições polarizou os dois principais órgãos públicos do PSTU. Enquanto o jornal Opinião Socialista se recusou a tachar a mobilização de reacionária, o comitê editorial Blog Convergência adotou linha oposta. Valerio Arcary, em seu primeiro de muitos textos de diferenciação pública com a direção majoritária do PSTU, afirmava a época:

Um projeto de golpe “a la paraguaia”, como foi a destituição de Fernando Lugo em 2012, seria uma saída reacionária para a crise política. Um impeachment de Dilma Roussef realizado pelo Congresso Nacional recém-eleito, no contexto de uma campanha de ruas apoiada na mobilização do ressentimento da

classe média, resultaria na posse de Michel Temer, e a formação de um governo de coalizão do PMDB, provavelmente, com o PSDB e DEM, que aproveitaria o mandato para iniciar uma onda de ataques antissociais brutais, um ajuste fiscal impiedoso, com sequelas recessivas imprevisíveis.

O conteúdo social e político das manifestações foi antidemocrático, antipopular e, em algumas parcelas, diretamente, anticomunista, e expressavam um ódio exacerbado contra o PT e, também, contra toda a esquerda. As faixas pedindo “intervenção militar”, os bonecos de Lula e Dilma enforcados, cartazes que se vangloriavam de que “comunista bom é comunista morto”, “queremos só Ministério Público e Polícia Federal”, a ameaça contra a vida de João Pedro Stédile, foram incontáveis os episódios lamentáveis.

Arma digital

A análise e a política formuladas pela maioria da direção do PSTU colocaram o blog em crise. **Problemas historicamente acumulados** em torno do regime partidário, **longe de uma exclusividade do PSTU na esquerda anti-capitalista** e que melhor se explicam como produto da marginalidade dos marxistas revolucionários nos dias de hoje, aprofundavam as diferenças.

Frente a esta situação, alguns dos integrantes mais ativos da secretaria do Convergência – Alvaro Bianchi, Ruy Braga, Daniela Mussi e Felipe Demier – optaram por sair do partido. Em consequência, desligar-se do Blog, dedicando-se, desde então, a construir uma nova ferramenta, o **Blog Junho**. Valorizamos a lealdade de conduta na ruptura e reconhecemos que, enquanto espaço construído do lado de fora das tensões internas do PSTU, o Blog Junho desempenhou importante papel na divulgação das ideias marxistas na rede, expressando muito do projeto original do Blog Convergência.

Ao mesmo tempo, o espaço do Blog Convergência mudava, politicamente, sua natureza. A partir do VIII Colóquio

Marx/Engels, organizado pelo Cemarx da Unicamp em julho de 2015, incorporaram-se ao Conselho Editorial Aldo Sauda, Patrick Galba, e Henrique Canary. Ampliou-se, também, a equipe de colunistas, com a integração de Enio Bucchioni, Natalia Conti, Jessica Millaré, Beto Della Santa, e Fábio José de Queiroz, entre outros.

Não por opção premeditada, mais pela dinâmica da luta interna, o blog acabou por dinamizar, publicamente, debates que extrapolavam os corredores partidários. O fez reivindicando o melhor da tradição do leninismo, que sustenta que não deve existir centralismo teórico ou analítico na imprensa partidária. Neste sentido, prevaleceu na política do conselho do Convergência o princípio da democracia socialista; apesar do alinhamento pleno dos membros do conselho às posições minoritárias na direção, o blog manteve-se, ao longo de todos os debates internos, aberto para ambas as alas partidárias. Neste sentido, o blog organizou diversos debates teóricos públicos, divulgado textos da maioria e da minoria que extrapolavam os Boletins de Discussão Internos.

Porém, ao contrário do que eram as melhores expectativas do conselho, a esperança de que a evolução da luta de classes – que culminou no golpe parlamentar que derrubou Dilma Rousseff – serviria para aproximar as distintas posições do interior do PSTU, a distância aprofundou-se.

Enquanto um lado defendia **combater o impeachment**, interpretando-o como manobra reacionária antidemocrática e antipopular, o outro via na votação parlamentar dirigida por Eduardo Cunha um desfecho que não significava uma mudança desfavorável da conjuntura, denunciava que não teria ocorrido golpe algum, e concluía que a queda de Dilma, ainda que **insuficiente**, correspondia à vontade da maioria dos trabalhadores.

Estas diferenças sobre a situação brasileira, associadas a visões muito distintas da situação internacional e, sobretudo,

à ruptura das relações de confiança entre os militantes, conduziram a luta interna a um impasse destrutivo. Insistir na continuidade das polêmicas abria a possibilidade de uma explosão, antessala da desmoralização. Nada é mais valioso em uma organização anticapitalista do que a força moral e o ânimo militante dos seus membros. A pactuação de uma ruptura negociada, portanto, principista, seria um mal menor.

Das mobilizações de rua da direita ao lançamento, dia 10 de junho, do manifesto "[Arrancar alegria ao Futuro](#)" – que marcou a separação com o PSTU – o Blog serviu de acúmulo não só para diversos debates sobre a [natureza das classes sociais](#) no capitalismo contemporâneo, como também para uma série de reflexões que se encontravam travados há décadas.

Intensamente, a força do debate via internet serviu de contraponto aos problemas de regime partidário. Ao longo deste processo, o Blog acumulou, aglutinou e organizou muitas das reflexões sobre temas como [a restauração capitalista no leste europeu, a natureza da atual etapa histórica, o lugar dos homossexuais na formação do bolchevismo, a forma sob a qual os socialistas devem se organizar, as redes sociais e a luta contra o machismo, a questão nacional palestina, o papel da internet no combate à burocracia, trotskismo e a revolução negra, a política do reformismo europeu contemporâneo, religião e luta de classes, a teoria do valor hoje, as especificidades da política nacional, a dinâmica das organizações islamistas no Oriente Médio, o anti-proibicionismo e sua relação com o marxismo](#), e um largo etc. Estes documentos, pensados como uma contribuição teórica à esquerda anticapitalista, servem hoje de ponto de partida para a construção do Mais.

Pela via do redirecionamento de seu arquivo de artigos – que a partir de agora será armazenado no Esquerda Online – e o encerramento de suas atividades em seu antigo endereço, o www.blogconvergencia.org, nos despedimos da antiga ferramenta. No espírito de continuarmos pensando coletivamente

o socialismo no século XXI, convidamos todos para seguir a página no facebook do [Esquerda Online](#).

*por erro o nome de Daniela Mussi apenas entrou na edição do dia 13/10/2015

É preciso arrancar Alegria ao futuro!

O ***Blog Convergência*** divulga o manifesto “é preciso arrancar alegria ao futuro”, assinado por 739 ex-militantes do PSTU que neste momento se desligam daquele partido para convocar a conformação de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil. A iniciativa busca uma unidade superior da esquerda que se movimenta no sentido da luta pela superação do capitalismo, e, no Brasil, pela conformação de um terceiro campo, alternativo às velhas e novas direitas e à coalização que deu suporte aos governos do PT. Estes aspectos sempre estiveram presentes nas bases fundamentais da orientação que motiva a atuação da equipe editorial do blog.

A equipe do ***Blog Convergência*** aproveita para manifestar nossa adesão e apoio integral a esta iniciativa, a qual nos somamos e com a qual esperamos poder contribuir ativamente.

O ato nacional de lançamento da nova organização **ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.**

São tempos de mudança, de novas iniciativas e de novos desafios. O ***Blog Convergência*** também mudará, mas para seguir buscando contribuir com os debates do marxismo e das lutas contra todas as formas de exploração e de opressão de forma

ainda mais intensa.

Viva o socialismo e até a vitória!

Equipe do ***Blog Convergência***

Manifesto pela construção de uma nova organização socialista e revolucionária no Brasil

O presente manifesto é assinado por algumas centenas de companheiras e companheiros que no passado fizeram uma aposta militante no PSTU. Temos orgulho de ter dedicado o melhor de nossas forças para essa organização, mas hoje vimos a público comunicar que esta experiência chegou ao fim e que decidimos trilhar um novo caminho. Pertencemos a diferentes gerações, somos veteranos e jovens, mulheres e negros, LGBT's, professores e indígenas, operários industriais e da construção civil, petroleiros e estudantes, ativistas e dirigentes sindicais que constroem a CSP-Conlutas, trabalhadores da saúde e do transporte, desempregados e intelectuais, funcionários públicos e terceirizados.

Há cerca de oito meses, começamos uma batalha por nossas ideias dentro da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores) e sua seção brasileira, o PSTU. Por meio deste manifesto, queremos expressar nossas posições e as conclusões a que chegamos ao longo desse debate.

O que pensamos?

Acreditamos que as dificuldades enfrentadas pelos revolucionários neste início de século 21 encontram sua explicação mais profunda no impacto reacionário da restauração capitalista na URSS, leste europeu, sudeste asiático e Cuba. A ofensiva política, econômica, social, militar e ideológica do imperialismo, os discursos sobre "o fim da história" e a adaptação da esquerda reformista à ordem burguesa não passaram sem consequências. O movimento de massas retrocedeu em sua

consciência e organização. E os revolucionários sofreram os efeitos desses anos de confusão e crise.

Mas a história não acabou. A crise econômica mundial de 2007-2008 abriu uma nova situação internacional marcada pela instabilidade e pela polarização política, social e militar. Nesse marco, surgiram fenômenos altamente contraditórios, como a Primavera Árabe, a crise econômica europeia, o conflito militar na Ucrânia, os indignados da Espanha, a ascensão de partidos neo-reformistas como Syriza e Podemos, a crise dos refugiados na Europa, o fortalecimento da direita em várias partes do mundo, as manifestações na Grécia, as lutas antiproibicionistas e pelo direito à cidade encabeçadas pela juventude, o declínio dos governos de colaboração de classes na América Latina, o avanço do fundamentalismo islâmico e cristão, o ascenso da luta antirracista, feminista e antilgbtfóbica no mundo inteiro, as jornadas de Junho de 2013 no Brasil, a guerra civil na Síria, a crise do euro e da União Europeia, o atual ascenso francês e tantos outros.

Assim, a nova situação mundial abre importantes perspectivas aos socialistas. Mas é preciso saber atuar. Acreditamos que a postura dos revolucionários diante da reorganização da esquerda deve ser firme, porém, paciente. Porque o caminho da autoproclamação nos condenaria à marginalidade. Porque sabemos que o isolamento, a condição de minoria e a luta contra vento e maré durante tantas décadas deixaram em todos nós cicatrizes, reflexos sectários que devemos ter a coragem de superar.

Pensamos que a simples apresentação de um programa revolucionário não é o bastante para construir uma organização marxista. O decisivo é que esse programa seja ouvido, que lutemos por ele em cada espaço, que ele seja compreendido e aceito pelas massas e sua vanguarda. Não superaremos a marginalidade com um programa ultraesquerdista, que os trabalhadores não estão dispostos a abraçar, ou que, às vezes, nem sequer compreendem.

No terreno da política nacional, por sua vez, as diferenças não foram menores. Há mais de um ano vínhamos afirmando que era preciso enfrentar, com centralidade, a política de ajuste fiscal do governo Dilma, mas combater também a oposição burguesa que queria derrubá-la apoiando-se em mobilizações reacionárias. Para esta luta, acreditávamos que era necessário construir a mais ampla unidade de ação com todos os setores que estivessem na oposição de esquerda ao governo e, se possível, dar a esta unidade uma forma organizativa: uma frente de luta ou terceiro campo alternativo ao governo e à oposição de direita.

Depois que a maioria da burguesia se unificou em torno à proposta de impeachment, a partir de fevereiro de 2016, defendemos internamente que era vital lutar contra esta manobra parlamentar, sem que isso significasse, evidentemente, prestar qualquer apoio político a Dilma. Porque avaliávamos que a derrubada do governo do PT só teria um sentido progressivo se realizada pelas mãos da própria classe trabalhadora, por meio de suas próprias organizações. Ao contrário, se liderada pela oposição de direita, a derrubada de Dilma seria uma saída reacionária para a crise política; deseducaria os trabalhadores em sua tarefa de autoemancipação. A segunda hipótese foi exatamente a que ocorreu.

Debatemos estas e outras diferenças lealmente durante quase um ano. Não obstante, foi atingido um ponto de saturação. Quando as diferenças se fazem insolúveis, quando a possibilidade de síntese se esgota, quando as discussões se tornam intermináveis e as polêmicas improdutivas, o perigo da desagregação passa a ser maior que tudo. Chegamos à conclusão que o prosseguimento do combate ameaçava com uma ruptura abrupta e desorganizada. Para preservar o maior patrimônio de qualquer organização, seus militantes, optamos por encerrar a luta e oferecer uma saída organizada para a crise. Deixamos o PSTU.

Reconhecemos o PSTU como uma organização revolucionária. Não

pensamos que é menos revolucionário agora do que antes. Mas às vezes é impossível aos revolucionários pertencer a uma mesma organização. Apostamos na possibilidade de uma separação amigável, e portanto exemplar, muito diferente das rupturas explosivas e destrutivas que o passado tanto viu. Mantemo-nos, por isso, nos marcos da Liga Internacional dos Trabalhadores, na qualidade de seção simpatizante.

O que queremos?

Ao mesmo tempo em que nos desligamos do PSTU, reafirmamos nossa disposição em continuar a luta pela revolução socialista em uma nova organização nacional. Reconhecemos a ação consciente e organizada como a mais eficaz. Sobre a base do marxismo, da teoria leninista de organização e de toda a experiência histórica do movimento operário e socialista mundial, queremos construir algo novo. Admitimos sem soberba, com sincera humildade e respeito, que não somos os únicos revolucionários no Brasil ou no mundo.

Somos um pequeno ramo da grande árvore do marxismo revolucionário mundial. Reivindicamos as resoluções dos quatro primeiros congressos da III Internacional; defendemos a teoria da revolução permanente e o Programa de Transição de Leon Trotski; nos colocamos a serviço da reconstrução da IV Internacional; abraçamos a herança do trotskismo latino-americano que teve em Nahuel Moreno seu principal dirigente e organizador; defendemos um marxismo ao mesmo tempo rigoroso na utilização dos conceitos e aberto na interpretação dos novos fenômenos; acreditamos que os socialistas devem estar na primeira fileira do combate ao machismo, à lgbtfobia e ao racismo, principalmente num país que traz na sua história a triste marca de quatro séculos de escravidão e que é um dos que mais mata mulheres e LGBT's no mundo; vemos a revolução socialista, em primeiro lugar, como processo de autoemancipação dos trabalhadores, com a classe operária à sua frente; entendemos que o revolucionário é, em primeiro lugar, um rebelde, e por isso o regime interno de uma organização

marxista deve se caracterizar tanto pela disciplina na ação, quanto pela ampla liberdade de discussão, e que esses dois aspectos não são contraditórios, mas sim complementares e inseparáveis.

Rejeitamos qualquer tentativa de reeditar, trinta anos depois, a experiência reformista do PT, como faz hoje a direção majoritária do PSOL. A redução da luta de classes à luta parlamentar, as alianças com os setores supostamente progressivos da burguesia nacional, a transformação dos deputados, senadores e prefeitos em figuras todo-poderosas, que só devem satisfações a si mesmos – tudo isso já foi feito. E fracassou. Não trilharemos este caminho.

Sabemos que a degeneração política do PT e a corrupção de seu aparelho alimentam uma saudável desconfiança entre os lutadores jovens que não querem ser manipulados como a vanguarda da geração anterior. Aos milhares, os ativistas se perguntam como controlar suas próprias organizações. E têm razão! Porque o tempo da ingenuidade e da credulidade nos líderes precisa ficar para trás. Queremos uma organização em que não haja lugar para os arrivistas, os oportunistas, para aqueles que querem obter vantagens e benefícios pessoais. Queremos entre nós os despojados de pretensão, os desapegados de ambição, os desprendidos de vaidade.

A luta é aqui e agora

O maior desafio de nossas vidas, o sentido de nossa militância, é a realização e o triunfo da revolução socialista brasileira. A classe trabalhadora e o povo oprimido devem se elevar à altura do combate que a história convoca. Treze anos de governos do PT demonstraram de forma irrefutável que a estratégia de regulação do capitalismo através de minúsculas reformas social-liberais conduziu o país a um verdadeiro desastre. A direção do PT é a primeira responsável pela tragédia que se abate hoje sobre a classe trabalhadora brasileira. Lula e Dilma traíram o sonho dos trabalhadores, enterraram-se a si próprios e abriram o caminho para Michel

Temer e Henrique Meirelles. A verdadeira libertação dos explorados e oprimidos passa, portanto, pelo combate à conciliação de classes promovida pelo PT e pela retomada de uma estratégia de ruptura revolucionária da ordem.

A crise e posterior falência estratégica do PT, tão evidentemente demonstrada nas jornadas de Junho de 2013 e no episódio do impeachment, colocam para a esquerda marxista brasileira o dilema de sua própria crise, de sua própria marginalidade, de sua própria fragmentação. Os calendários eleitoral e sindical não comportam mais as lutas que vêm ocorrendo. É preciso uma saída estratégica. É nesse sentido que precisam trabalhar os marxistas revolucionários.

Mas as lutas dos explorados e oprimidos não podem esperar. Elas estão ocorrendo aqui e agora. Para que elas sejam vitoriosas, precisam ser cercadas da mais profunda solidariedade, em torno a elas deve ser construída a mais ampla unidade.

Essa unidade na ação prática, na luta comum, passa hoje, em nossa opinião, pela bandeira do Fora Temer, quer dizer, a luta contra o governo de plantão e suas medidas. Sem a unidade dos movimentos sociais combativos em torno a essa tarefa decisiva, correremos dois perigos. O primeiro é que o impulso de todos esses enfrentamentos parciais se disperse, pela ausência de uma estratégia geral comum. O segundo é que os combates específicos sejam apropriados pela direção do PT em seu projeto de voltar ao poder com uma nova candidatura Lula. Ou seja, a velha chantagem do mal menor. A maior tarefa da esquerda anticapitalista, portanto, é abrir o caminho para outra saída política. E ela pode ser construída desde já. Nenhum dos partidos e organizações da esquerda combativa pode hoje, por si só, oferecer esta saída.

Para ser efetiva, essa saída precisa ser construída de fato por todas as correntes e organizações combativas do movimento social, por todos que desejam sinceramente conformar esse

terceiro campo alternativo da classe trabalhadora.

Defendemos a unidade deste terceiro campo também nas eleições municipais de 2016. Propomos ao PSTU, ao PSOL, ao PCB, às organizações políticas que não possuem legalidade e aos movimentos sociais a construção de uma Frente de Esquerda e Socialista, com um programa de ruptura com os planos de ajustes que são aplicados por todos os governos e prefeituras. Nos colocamos desde já a serviço dessas grandiosas tarefas.

Queremos, enfim, construir uma organização que resgate a grandeza e a integridade do projeto socialista; uma organização que seja digna da memória daqueles que vieram antes de nós e entregaram suas vidas na luta pela igualdade social; uma esquerda revolucionária não-dogmática, que não se acomode nas poltronas de couro dos gabinetes parlamentares, mas que combata também o corporativismo e o burocratismo dos sindicatos, que priorize a luta direta das massas, que dialogue com a ampla camada de ativistas surgida no último período, que seja capaz de influenciar verdadeiramente os rumos da luta de classes no país, de inspirar confiança e esperança novamente.

O desafio é gigantesco, mas temos confiança que podemos, como dizia o velho poeta Maiakovski, “arrancar alegria ao futuro”. É chegada a hora de ousar. Mais do que nunca, é preciso lutar, é possível vencer.

Os assinantes do presente manifesto convidam também a todas e todos para o ato nacional de lançamento da nova organização, que ocorrerá no dia 23 de julho, sábado, às 18 horas, no Club Homs (Av. Paulista, 735), na cidade de São Paulo.

Viva a luta dos explorados e oprimidos do mundo inteiro!

Viva a revolução! Viva o socialismo!

—

As assinaturas do manifesto podem ser vistas

em: <http://alegriaaofuturo.com.br/quem-assina/>

Brexit: Um giro histórico-mundial

Alex Callinicos | Tradução e Introdução: [Aldo Sauda](#) |
Revisão Técnica: [Waldo Mermelstein](#) |

Em meio à campanha monotemática da imprensa mundial e brasileira sobre a natureza retrógrada, se não abertamente reacionária, do voto pelo *Leave*, uma leitura atenta às vozes críticas vindas do Reino Unido é tarefa central. O texto abaixo, cuja primeira versão foi publicada na revista bi-mensal [International Socialism Journal](#), órgão teórico da [International Socialist Tendency](#) (cujo principal partido nacional é o [SWP britânico](#)) é certamente uma delas.

Seu maior valor é ir no sentido oposto ao senso comum que reduziu o Brexit a uma mera onda xenofóbica de trabalhadores brancos racistas movidos por uma irracionalidade anti-imigrante. À luz de uma leitura marxista sobre o papel desempenhado pelo Reino Unido no sistema imperial norte-americano, ele busca analisar, sem secundarizar o tema do racismo, a dinâmica que levou a maioria dos trabalhadores britânicos a votarem contra a orientação do governo, dos dois principais partidos do país, das entidades representantes do capital financeiro e industrial, assim como da burocracia sindical.

O marxismo revolucionário britânico, além dos contornos de seu espaço político, é em geral desconhecido pelo ativismo no Brasil. Não deixa de ser curioso que a própria tradição teórica da IST tenha pouco peso intelectual na América Latina,

porém exista, mesmo que de forma marginal, em partes importantes da África, da Ásia e do mundo árabe. Contraditoriamente, essa relevância se relaciona diretamente ao anterior peso colonial britânico naquela parte do mundo. Talvez não seja um exagero afirmar que o papel central desempenhado pela cultura estado-unidense no continente americano, primeira parte do mundo em que Londres foi substituída por Washington, blindou-nos não só das influências imperialistas da tradição política britânica, mas também de sua rica produção anti-imperialista. A tradução do texto abaixo, redigido por [Alex Calinicos](#), professor de Estudos Europeus da Universidade de Londres (King`s College) e dirigente do SWP-UK e da IST, é uma pequena contribuição, pela via anticapitalista, de aproximar espaços políticos tão distintos.

Aldo Sauda

O voto britânico do dia 23 de junho para sair da União Europeia é um evento de enorme importância geopolítica. (1) Ele terá como efeito a desorganização do nexos de alianças pelos quais as potências imperialistas ocidentais, dirigidas pelos EUA, administram o capitalismo global. Ele é também um golpe duro contra a União Europeia. Mesmo que os diplomatas europeus tentem transparecer resiliência, perder o segundo maior país da UE, assim como seu principal centro financeiro e militar, não é pouca coisa. A vitória do *Leave* é também a repetição de uma série de referendos nos quais as instituições e iniciativas da União Europeia foram rejeitadas pelo voto popular – Grécia (2015), Irlanda (2001 e 2008), Holanda (2005), França (2005), Suécia (2003), Dinamarca (1992). Segundo especulação do colunista do Financial Times Wolfgang Munchau, caso o primeiro ministro italiano Matteo Renzi perca o referendo constitucional marcado para outubro, a Itália também pode estar caminhando para a ruptura (2).

O voto inglês fez tremer o mercado financeiro mundial, cuja força já estava abalada com a decisão do conselho do Banco Central norte-americano, semanas antes, de adiar seu plano de aumento da taxa de juros para “normalizar” a economia depois da crise. (3) A manchete do Washington Post do sábado, dia 25 de junho, resumia de forma sucinta a situação: “Voto do Brexit sacode o globo”.

Na própria Grã Bretanha, o voto no Brexit colocou em crise os dois principais partidos do país. David Cameron achou que seria uma manobra inteligente propor o referendo para apaziguar a ala direita dos conservadores. O Financial Times publicou esta anedota reveladora sobre seu estado de espírito quando ele apresentou o referendo em 2013:

Quando questionado em 2014 em Chequers por Herman Van Rompuy, respeitado ex-dirigente do Conselho Europeu, porque Cameron não tinha conseguido evitar a situação tão precária na qual se encontrava, o primeiro ministro respondeu fazendo um paralelo da situação com o referendo pela independência escocesa. “vou ganhar fácil o referendo e me livrarei da questão escocesa por mais 20 anos” disse ao seu convidado “o mesmo ocorrerá para a Europa” (4)

o excesso de confiança de Cameron sobre o tema escocês quase lhe custou a unidade do país. Ele apenas conseguiu uma apertada vitória graças ao apoio que recebeu do partido trabalhista, que, por conta disso, perdeu boa parte de sua base eleitoral na Escócia. Na perspectiva da classe dominante, o voto do Brexit é muito mais danoso (e pode precipitar, de qualquer jeito, a independência escocesa). Cameron também conseguiu estilhaçar seu partido e governo, assim como encerrar seu mandato como primeiro ministro um ano após ganhar inesperadamente uma eleição geral.

Os conservadores participaram do referendo afirmando terem aprendido as lições dos anos 90, quando as divisões em torno

da Europa levaram ao fim o governo de John Major [primeiro ministro conservador sucessor de Thatcher]. Mas, nas semanas finais da campanha, a suposta lição foi esquecida e os dois lados começaram a se atacar violentamente. Estes crescentes choques foram bem resumidos por Andrew Rawnsley no Observer:

Todo o veneno gestado no partido conservador durante as últimas décadas agora borbulha na superfície. Em fevereiro, quando iniciou-se o tiroteio, ambos os lados fizeram declarações comportadas de que não levariam ao terreno pessoal as disputas. Adoro a citação de Iain Duncan Smith [ministro da previdência], pedindo para os conservadores fazer uma disputa limpa. “não marque o jogador, marque a bola” afirmou o capitão do FairPlay. Algumas semanas depois, Iain Duncan Smith se referia a Cameron como ‘Pinocchio’. (5)

As tensões pre-existentes no governo, as manobras para suceder Cameron, que já havia prometido se aposentar antes das próximas eleições gerais de 2020, as disputas do próprio referendo, que reacenderam os ódios dos anos 90 – todos esses venenos irão pairar sobre a batalha pela substituição de Cameron e a reestabilização do governo e do capitalismo britânicos.

A crise no partido conservador nos coloca duas perguntas. Primeiro, porque desenvolveram-se antagonismos tão intensos? Segundo, é possível que eles sejam facilmente superados e o governo se reconstitua sob uma nova liderança? Três apoiadores da campanha pelo “Fica”, Caroline Lucas, parlamentar do partido verde, John McDonnell, parlamentar responsável por fiscalizar a política externa do país, e o ex-ministro das finanças grego, Yanis Varoufakis, têm uma resposta fácil à primeira pergunta: “se saímos da União Europeia, quem se candidatada a ganhar mais? As elites políticas e financeiras deste país”. (6)

Se esta declaração se refere aos interesses do capitalismo

britânico, ela é pura bobagem. As repetidas declarações dos empresários atacando o Brexit podem ter sido de fato orquestradas pelo governo, mas elas eram inteiramente genuínas. Grandes bancos de investimento e corporações transnacionais, como CBI, o Banco da Inglaterra, Lloyds, a Mesa Redonda dos Industrialistas Europeus, o FMI, a OECD... estas são todas as instituições que melhor expressam as posições do capital, e todas foram contra o Brexit. A principal exceção foram os *hedge funds*, setor que mais tem tido dificuldades pós crise de 2008, dos quais muitos dos chefes venais e com mentalidade de curto prazo não gostam das ameaças da UE de maior regulação sobre eles. Comparando, por exemplo, aos debates dos anos 80 e 90 sobre se o Reino Unido deveria primeiro se juntar ou não ao ERM (Mecanismo de Cambio) do Sistema Monetário Europeu e depois ao Euro, existe menos divisão no grande capital hoje sobre a questão europeia. (7) Se alguém tem alguma dúvida sobre os desejos do capital, basta olhar as tremendas quedas no mercado financeiro por todo mundo no dia seguinte ao referendo para tirar suas dúvidas.

Pelo seu jeito oportunista de sempre, Cameron havia conseguido fechar em fevereiro um acordo com a UE que atendia em termos gerais aos interesses do capital britânico (digo isso dessa forma por conta da natureza altamente internacionalizada do capitalismo britânico que faz com que seja difícil distinguir entre os interesse das firmas sob controle britânico das estrangeiras – por exemplo, bancos e montadoras de automóveis dos EUA, Japão e Europa – com significativos investimentos no Reino Unido). O Financial Times explica que na véspera da renegociação dos acordos com o resto da UE:

Cameron e [o ministro das finanças George] Osborne... tomaram uma importante decisão estratégica. Enquanto os dirigentes britânicos anteriores afirmavam de forma pouco convincente que estavam “no coração da Europa”, agora os conservadores aproveitavam-se que a Grã Bretanha estava nas margens: não estavam nem no Euro, nem no espaço Schengen de livre

circulação, e, portanto, a certa distância da crise econômica e dos refugiados que atingiam o continente. Se o resto da Europa quisesse se integrar mais, sem problemas. Mas os britânicos exigiriam algumas garantias (8).

O possível acordo – cuja deliberação mais importante aumentava as garantias do status da *City* de Londres como o centro financeiro offshore da zona do euro e permitia que os imigrantes da Europa tivessem negado seu acesso inicial a benefícios sociais – correspondia à natureza peculiar da posição dentro-fora dos britânicos na Europa. O historiador Brendan Simms argumenta em um novo livro que a segurança do estado britânico (e antes, do inglês) sempre dependeu em parte no controle destas ilhas (daí a incorporação da Escócia e a subjugação do País de Gales e da Irlanda) e por outro lado em construir alianças na Europa para impedir o surgimento de uma força hegemônica rival (9).

Mas o que deu ao estado britânico sua dianteira na competição com outras potências europeias foi ter se tornado a plataforma de lançamento do capitalismo industrial e, estreitamente associado a isso, o desenvolvimento de seu império global. A Índia foi, de muitas formas, a chave, garantindo às firmas britânicas mercados e ao estado recursos e soldados. Lord Salisbury, primeiro ministro conservador do século 19, descrevia a Índia como “um quartel britânico nos mares do oriente de onde podemos extrair a quantidade de tropas que quisermos sem ter de pagar por elas”(10). Graças ao exército indiano, os britânicos conseguiram mover o dobro de tropas que os EUA no front do Pacífico durante a segunda guerra mundial, mesmo que os americanos tenham liderado a campanha aliada contra o Japão (11).

Mesmo depois de 1947, quando obrigados a abandonar a Índia depois da revolta colonial que sobrecarregava o império, os britânicos recusaram-se a abraçar a integração europeia. Tanto antes quanto depois da segunda guerra mundial, Winston

Churchill advogava pelos Estados Unidos da Europa – porém sem o Reino Unido. “Estamos com a Europa, mas não na Europa” escreveu em 1930. “Estamos ligados, mas não comprometidos”. (12) O governo trabalhista do pós-guerra adotou a mesma linha, distanciando-se dos primeiros passos da integração, expressa na Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA) em 1951. Como seus sucessores conservadores, os trabalhistas imaginavam que o imperialismo britânico tinha o potencial de tornar-se a “terceira grande potência”, depois dos EUA e da União Soviética. Para isso utilizariam o resto de seu império como carta para manter-se no andar de cima, na forma de aliado mais leal de Washington entre seus parceiros europeus. (13)

Dois eventos de 1956 arrasaram brutalmente essa fantasia. Primeiramente, quando os EUA forçou a França e o Reino Unido a abandonar sua tentativa de derrubar o governo nacionalista de Gamal Abdel Nasser. Esse desastre foi acompanhado pela rápida liquidação da maior parte dos impérios coloniais europeus sobreviventes. O outro evento foi quando os seis membros da CECA acordaram os termos para criar a Comunidade Econômica Europeia (ou Mercado Comum) no tratado de Roma de março de 1957. Foi dentro desses marcos que as economias do continente conseguiram dar um salto à frente do capital britânico, que se enfrentava com seu problema crônico de falta de competitividade. Os movimentos dos governos trabalhistas e conservadores nos anos 60 para se integrarem à CEE foram um produto dessa sensação de derrota e até mesmo de desespero, expressa de forma clara em um relatório do ministério de relações exteriores para ao gabinete de ministros:

Ao longo dos últimos 20 anos, o país está a deriva. Em resumo, temos vivido um período de declínio no nosso papel e poder internacionais. Isso tem ajudado a consolidar um sentimento nacional de frustração e de incertezas. Não sabemos qual direção seguir e isso tem abalado nossa autoconfiança. Talvez tenhamos chegado ao momento em que a busca de um novo objetivo e um novo compromisso poderia dar

ao país como um todo um foco em torno do qual poderíamos cristalizar nossas esperanças e energias. A entrada na Europa pode servir como alvo e estímulo para isso. (14)

Uma atitude similar ocorria no Ministério de Economia e Finanças que, segundo Hugo Young, “manteve-se oficialmente contra a entrada britânica” na CEE em 1973,(15) e que continua com a reputação de eurocético. Sir Alan Budd, conselheiro chefe do Ministério nos anos 90, disse ao Financial Times recentemente que “era tão grande o desespero para gerir a economia no início dos anos 70 que o departamento achava que unir-se ao Mercado Comum era irrelevante. A prosperidade britânica não seria garantida e a filiação à CEE seria apenas uma espécie de ‘gesto fútil”. (16)

Na prática, a CEE e mais tarde a UE deu aos britânicos uma base sobre a qual foram capazes de se reconstruir com grande sucesso. A integração europeia sempre teve um objetivo imperialista duplo – primeiro, ela foi promovida pelos EUA para garantir um sócio minoritário próspero e estável na Eurásia ocidental e, segundo, ela serviu como um marco para as forças imperialistas europeias que, apesar de sua subordinação geopolítica a Washington, buscavam seus interesses na esfera global. (17) O Reino Unido também usou a UE da segunda forma, mas de um jeito mais ambíguo que a França ou a Alemanha, porque simultaneamente precisava preservar seu status como principal parceiro dos EUA no manejo do capitalismo global.

Essa posição ambígua possui base material na própria evolução do capitalismo britânico. Em um novo livro de grande importância, escrito por Tony Norfield, ressalta-se o ressurgimento nas últimas décadas da *City* de Londres como o grande centro financeiro internacional (Wall Street pode rivalizar em tamanho, mas está altamente envolvido em prover serviços financeiros para uma economia nacional muito maior). Londres domina as transações em moedas estrangeiras, de derivados em mercado de balcão, de títulos internacionais,

assim como o mercado de empréstimos bancários internacionais. Norfield localiza esse esforço dos sucessivos governos britânicos para apoiar a City desde os anos 50, alguns momentos em conflito com as políticas americanas, que ele descreve como “parte de um mecanismo através do qual os capitalistas ingleses operam e do qual extraem rendas do resto do mundo, algo que define o status britânico como um poder imperialista.” (18)

Norfield, porém, relaciona o papel central de Londres em mercados financeiros chave a um controle internacional mais amplo exercido também sobre o capital produtivo:

Em 2013, o Reino Unido tinha a segunda maior quantidade de investimento estrangeiro direto, cujo valor atingia 1,885 trilhão... Enquanto o montante britânico representa apenas 30% do total de investimento norte-americano, em 6,350 trilhões, ele era maior proporcionalmente na economia nacional. Dados da tabela do Financial Times com as 500 principais corporações mundiais em 2011 revelam localização similar. O Reino Unido atingiu o segundo lugar depois dos EUA, com 34 companhias acumulando valor total de mercado em 2.085 trlhões. Os EUA tinham 160 empresas avaliadas em 9.602 trlhões. Outra pesquisa indicou que, das 100 maiores corporações não-financeiras em 2013, elencadas segundo o valor de seus ativos externos, 23 eram americanas, 16 britânicas e 11 francesas, enquanto Japão e Alemanha possuíam cada uma 10. As três maiores corporações sediadas no Reino Unido ocupavam o segundo, sexto e sétimo lugar: Royal Dutch/Shell Group plc, BP plc e Vodafone plc. (19)

O capitalismo britânico continua sendo, como desde a revolução industrial, o mais internacionalizado das grandes economias. Isso lhe dá uma orientação global, e ajuda a explicar os esforços feitos pelo estado britânico em continuar sendo uma das principais potências militares do mundo, porém quase sempre operando em conjunto com os EUA. Utilizando-se de cinco

medidores de poder – PIB nominal, quantidade de investimento estrangeiro direto, ativos e passivos bancários internacionais, peso da moeda em transições internacionais e gastos militares – Norfield coloca a Grã Bretanha em um “distante segundo lugar atrás dos EUA”, porém à frente de China, Japão, Alemanha e França. (20) Desde uma perspectiva liberal, Simms concorda, chamando “o Reino Unido de a última grande potência europeia”, atrás apenas dos EUA e da China. (21)

A localização global do capitalismo britânico o fez um difícil parceiro da UE. Seu status semi-independente ganhou força quando optou por ficar do lado de fora do euro no tratado de Maastricht de 1992, seguido rapidamente pela retirada da Libra do ERM na quarta-feira “negra” do dia 16 de setembro de 1992. A proteção da *City* foi uma das principais razões pelas quais Gordon Brown, quando chanceler no governo trabalhista, bloqueou a entrada dos britânicos no euro ao final dos anos 90. (22) Tony Blair tentou compensar a não participação no Euro promovendo maior cooperação militar europeia sob direção norte-americana, cujo ponto mais alto foi a campanha de bombardeios da OTAN contra a Jugoslávia em 1999. A intensa participação de Blair na invasão do Iraque, frente à oposição francesa e alemã, acabou com esse processo. (23)

A grande ironia é que, apesar da insistência britânica em manter a Libra, e, portanto, ficar de fora do principal projeto europeu desde o tratado de Roma, isso não impediu que Londres se tornasse a capital financeira da zona do euro. Não apenas a *City* domina o comércio cambial da moeda, como, segundo relata o Financial Times, “três quartos do mercado de capitais e rendimentos de bancos de investimento são transacionados no Reino Unido, segundo Oliver Wyman, a empresa de consultoria”(24) As medidas adotadas nos últimos anos para aprofundar a integração da zona do euro em resposta à sua crise quase terminal colocou em risco esta equação delicada – por exemplo, tentando forçar que as transições da moeda

ocorram apenas na zona do euro. Porém, Cameron garantiu concessões em Bruxelas, protegendo o status da *City* assim como um reconhecimento do status especial dos britânicos (por exemplo, estar de fora do compromisso afirmado no Tratado de Roma por uma “união cada vez mais estreita”). Ao longo da campanha do referendo, a Comissão Europeia prometeu facilitar aos *hedge funds* da *City* operações em toda UE. (25) Agora, tudo isso acabou. Os bancos de investimento baseados em Londres podem acabar ficando do lado de fora do mercado único.

Portanto, se os interesses do capitalismo britânico estão tão firmemente atrelados à campanha do *Remain*, porque tanta discussão no partido conservador? A resposta provavelmente pode ser sintetizada em duas palavras – Thatcher e UKIP. Margaret Thatcher se comprometia a reverter o declínio britânico. Ela atingiu significativos sucessos – lançando uma intensa ofensiva neoliberal, impondo grandes derrotas à classe operária organizada, e reforçando a transição econômica em direção à *City* com a desregulamentação Big Bang de 1986. Mas restaurar as glórias imperiais britânicas estava mais além de seu poder (ou de suas intenções). Há humilhações de sobra – quarta-feira “negra”, os fracassos militares no Afeganistão e Iraque, a quebra de 2008 – ressaltando a vulnerabilidade do capitalismo britânico em um sistema global em rápida transformação no qual a distribuição de poder está mudando.

Para a ala Thatcherista do partido conservador, em estado de quase rebelião sob o governo Major e (ao contrário de Cameron e Osborne) hostil às tentativas de Blair de fundir o neoliberalismo à social democracia, a União Europeia tornou-se o inimigo simbólico, no qual despejavam todas as suas frustrações. Livrar-se da UE tornou-se a Grande Escapada que permitirá à Grã Bretanha recuperar um nível de soberania que de certa forma nem mesmo os Estados Unidos possuem. Alguns conservadores, como Michael Gove e o ex ministro da defesa Liam Fox, que se pavoneiam como versões neoconservadoras britânicas, também aderem a outra fantasia ideológica, a de

que o Reino Unido teria um futuro irradiante em um mercado livre “anglófono” junto com os EUA e outras ex-colônias brancas, como Canadá e Austrália.

O único detalhe dessa proposta é que ela é intensamente rejeitada pelos supostos parceiros. A vigorosa intervenção de Barak Obama no debate sobre Brexit em sua visita ao Reino Unido em abril foi para reafirmar a tradicional política norte americana de promover a integração europeia e apoiar a permanência britânica exatamente para garantir que Washington tenha um aliado poderoso e simpático para as decisões tomadas em Bruxelas. Assim como Donald Trump se apropriou do partido republicano a partir de uma proposta que rompe com a estratégia imperial norte americana desde os anos 40 de construir uma ordem liberal capitalista global sustentada no poder militar norte americano, temos um paradoxo no qual o principal partido do grande empresariado esta se afastando dos interesses do capital.

Segundo o trecho famoso de Karl Marx: “A forma específica em que o trabalho excedente não pago é extraído dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e reage por sua vez sobre ela como um determinante” (NT: tradução nossa feita da citação da edição inglesa referida pelo autor)²⁶ Certamente, os antagonismos na superestrutura política, nesse caso, reagiram sobre a base econômica do capitalismo britânico com um toque de vingança.

O Brexit, portanto, não pode ser visto como base de uma estratégia alternativa do capitalismo britânico. O que lhe deu força foi um processo de recomposição geracional da base ativista dos conservadores. Nele, o euroceticismo é norma, reduzindo a ala pro-UE do partido a um amontoado de idosos representado por figuras do passado, como Michael Heseltine e Ken Clarke. Essa transformação foi reforçada pelo crescimento do UKIP. O legado de Nigel Farage [principal eurodeputado do partido] foi remodelar as preocupações daquilo que

tradicionalmente sempre foi uma pequena minoria, que identificava ameaças à soberania britânica por um “superestado” europeu, em uma causa popular, colocando no centro da questão europeia o tema da imigração e explorando a chegada de imigrantes da Europa central e oriental desde a expansão da União Europeia para o leste iniciada em 2004. Os avanços do UKIP na base eleitoral de ambos os principais partidos empurrou o debate sobre imigração à direita, mas ele também energizou o partido conservador em sua tentativa de reassumir o controle sobre a questão europeia.

Como isso se expressou na campanha do referendo em si? Sob bombardeio constante do capital sobre os malefícios do Brexit, os dirigentes conservadores da campanha pelo *Leave* foram entrando mais e mais no terreno do UKIP, prometendo que a saída da UE significaria que o Reino Unido “retomaria o controle de suas fronteiras”. Isso é mais uma fantasia ideológica: é a dependência do capitalismo contemporâneo do trabalho imigrante que está redesenhando a demografia na Grã Bretanha, assim como em outros lugares, e não o princípio da União Europeia de livre circulação do trabalho. Porém, o racismo provavelmente não foi o principal fator que levou as pessoas para o campo do *Leave*.

O UKIP já tinha se beneficiado da repulsa dos eleitores comuns contra toda a elite política e econômica. Nesse caso a campanha do referendo apontou sinais contraditórios. Por um lado, o debate mais geral resumiu-se a playboys engravatados do partido conservador batendo boca entre si – dificilmente uma boa fórmula para aproximar o eleitorado. Ao mesmo tempo, a unanimidade do establishment em sua oposição ao Brexit provavelmente empurrou muitas pessoas em direção ao *Leave* simplesmente como um ato de desafio. Pesquisas do Yougov indicam grandes empresas (36%), banqueiros e políticos (ambos com 32%) como os três principais beneficiários da existência da UE, enquanto os perdedores seriam pequenos negócios (26%), pessoas de baixa renda (25%) e aposentados (14%). (27)

Há outra questão muito importante relativa às pesquisas. Todas indicam que quanto mais pobre a pessoa, maior a chance de votar *Leave*. (28) Isso significa que milhões de votos da classe trabalhadora não foram representados pelas correntes majoritárias do movimento operário. Como no caso do voto parlamentar sobre a intervenção militar aérea na Síria em dezembro, os principais parlamentares do partido trabalhista demonstraram estar profundamente comprometidos com o Blairismo. Vergonhosamente, os dirigentes sindicais, depois de assinarem um acordo com o governo em que conseguiram algumas poucas concessões frente à proposta de uma nova lei anti-sindical, lançaram-se vigorosamente no campo do *Remain* (apesar de três sindicatos importantes dirigidos pela esquerda, ASLEF, BFAWU e o RMT, terem sido uma nobre exceção (29)). Assim como a campanha “uma outra Europa é possível”, marginalmente à esquerda da campanha oficial por ficar na UE, os dirigentes sindicais passaram seu tempo contando a lorota de que a União Europeia era a iniciadora e garantidora de reformas sociais progressivas. Esse discurso serviu não apenas para encobrir a enorme ofensiva neoliberal dirigida pela UE contra o modelo social europeu, mas na prática apagou o papel dos movimentos sociais e da luta dos de baixo na conquista de reformas.

Na pior das situações, isso significou replicar no campo do *Remain* o tipo de política frente-populista que viu no início da campanha [pelo *Leave* o famoso parlamentar pro-árabe de esquerda] George Galloway discursando ao lado de Farage. Consequentemente, Sadiq Khan, o recém-eleito prefeito de Londres, dividiu um palanque com Cameron. Já a parlamentar do Partido Verde, Caroline Lucas, ao ocupar um posto no conselho da campanha “Grã Bretanha mais forte na Europa”, dirigida pelo partido conservador, aplaudiu John Major – que enquanto primeiro ministro fechou as minas de carvão, privatizou as ferrovias e iniciou a mercantilização do sistema de saúde – quando criticava Boris Johnson [o conservador que dirigiu a campanha pelo *Leave*].

Comparado à mistura de apologia pro-UE e à política de colaboração de classes, Jeremy Corbyn [recentemente eleito dirigente do partido trabalhista, vindo de sua minúscula extrema esquerda] posicionou-se de forma mais inteligente. Forçado pelos Bairristas do [gabinete paralelo](#) a pronunciar-se a favor de continuar na UE quando assumiu a direção do partido, ele deixou claro a ausência de qualquer entusiasmo na campanha do *Remain*. Assim como McDonnell [seu principal aliado na bancada parlamentar], Corbyn recusou-se a colaborar com o partido conservador, e aquilo que era para ser seu discurso pro União Europeia no início de Julho, foi na verdade uma fala de ataques à campanha do *Remain* dirigida pelos conservadores e à própria UE. Como má vontade o New Statesmen reconheceu:

Ele emitiu a quantidade suficiente de ruídos pro UE para fazer com que as críticas do setor mais rancoroso dos trabalhistas europeístas parecessem mais insurrecionais do que produtivas. Ele atçou sua base mais radical, batendo no TTIP [proposta de livre comércio entre Estados Unidos e União Europeia] – que como projeto de tratado já aparenta estar natimorto – e reafirmando o compromisso de que um futuro governo trabalhista [sob sua direção] reestatizaria as ferrovias. E, crucialmente, ele deu indicativos suficientes para os poucos parlamentares e ativistas anti-europeus do trabalhismo que ele poderia, muito possivelmente, ainda estar, na prática, do lado deles. (30)

O cálculo de Corbyn era de que, provavelmente, o referendo seria um problema dos conservadores e que os trabalhistas poderiam ganhar ao assisti-los brigarem entre si. O problema desse tipo de manobra é que ele pode ter emitido sinais em código aos milhares de eleitores tradicionais do trabalhismo que votaram pelo *Leave*, mas foi incapaz de oferecer-lhes uma direção política clara. Se Corbyn tivesse desde o início atrelado a questão da União Europeia à oposição à austeridade, ele teria consolidado a ampla coalizão que surgiu das eleições

que o elegeu para a direção do trabalhismo em setembro. Segundo Freddie Sayers, do YouGov:

A Corbynmania foi um movimento da juventude e das redes sociais, mas foi também um movimento da classe trabalhadora. Como grupo, a coalizão trabalhista que votou na disputa interna do partido trabalhista era em geral mais rica e com mais alto nível educacional que o resto da população, mas dentro desse espaço o grupo mais “normal” eram os apoiadores de Corbyn. Apenas 26% dos apoiadores de Corbyn tinham renda familiar acima de 40 mil libras, um pouco a menos que a média nacional, de 27%. ([os outros candidatos] Andy Burnham, Yvette Cooper e Liz Kandal tinham base de apoiadores mais ricos, com 29%, 32% e 44%.) Portanto, Corbyn conseguiu juntar os “jovens descolados” à esquerda operária. (31)

Porém, o equívoco de Corbyn na prática empurrou a classe trabalhadora que queria o Leave em direção a Farage e Johnson. É importante, mesmo assim, analisar cuidadosamente os diferentes elementos da situação. Muitos na esquerda radical e moderada se convenceram que ao longo do referendo o voto pelo Leave foi turbinado por sentimentos racistas cuja vitória aprofundaria os Thatcheristas no poder. Isto foi resumido em uma postagem no twitter por Billy Bragg, que dizia “nem todo apoiador do Leave é racista, mas todo racista é apoiador do Leave”. (32) A lógica desse argumento era claramente furada – Cameron e Osbourne, ao longo de seus seis anos de governo, empurraram o neoliberalismo muito além de Thatcher. E o ataque, feito pelo odioso Alan Sugar, apoiador do *Remain*, dirigido contra Gisela Stuart, a parlamentar trabalhista pro Leave, dizendo que ela era “uma imigrante de 1974... querendo dizer aos britânicos o que fazer” deixa claro que os racistas não estavam todos de um lado só. (33)

Mas o diagnóstico parece ser corroborado pelo sinistro assassinato da parlamentar trabalhista Jo Cox por um fascista convicto. O assassinato colocou os seguidores do Leave em

crise, e incentivou seus opositores do lado *Remain* a apresentarem o referendo como um plebiscito sobre o racismo. Esta linha foi adotada inicialmente pela direção do trabalhismo, e depois encampada por Cameron e a campanha Grã Bretanha mais forte na Europa. Ao mesmo tempo, dirigentes trabalhistas como o vice-líder partidário Tom Watson, o parlamentar responsável pela política externa John McDonnell, e o secretário geral do sindicato Unite Len McCluskey, anunciaram apoiar um aumento na restrição do livre movimento de trabalhadores dentro da UE.

Essa movimentação foi uma resposta à descoberta pela maioria dos parlamentares trabalhistas que apoiavam o *Remain*, assim como pelos dirigentes sindicais, que amplos setores da classe trabalhadora iram votar no *Leave*. Assumiu-se que suas motivações eram racistas. E obviamente apenas um tolo negaria que o racismo é uma força poderosa e crescente no Reino Unido assim de fato em toda a toda a Europa. Apesar do horroroso assassinato de Cox, o problema não é exatamente uma direita fascista e assumida – composta na Grã Bretanha por grupúsculos em guerra entre si, que apesar disso ainda são uma ameaça que exige atenção e quando necessário contra-mobilizações vigorosas.

Inquestionavelmente, milhões de pessoas votaram no *Leave* sob a influência diluída de um racismo anti-imigrante. Porém, como mencionávamos, ao menos igualmente poderoso foi a alienação em relação a uma elite econômica e política que vem cristalizando a experiência de 40 anos de neoliberalismo e quase 10 anos de crise expressa na queda ou estagnação dos salários, desemprego, habitação social decrescente e um estado de bem estar social que só encolhe. Incarnação do neoliberalismo e do desdém pela democracia, a União Europeia é o símbolo perfeito de todos esses descontentamentos. Londres, um centro financeiro mundial, pode até ter votado *Remain*, mas todas as outras regiões inglesas e todo País de Gales votou pelo *Leave*. Dados do YouGov sugerem que um comparecimento maior e

inesperado às urnas no norte da Inglaterra comparado ao sul desequilibrou o resultado. (34) Will Davies comenta de forma sagaz os votos das regiões norte, nordeste e do País de Gales que foram para o Brexit:

Elas são amplamente reconhecidas como bastiões históricos do trabalhismo, localizados nas minas de carvão ou em cidades centradas em estaleiros navais. De fato, fora de Londres e Escócia, foram os únicos pontos vermelhos do trabalhismo presentes no mapa eleitoral de 2015. Não há razões para crer que eles não continuariam sendo vermelhos caso tivéssemos eleições no outono. Mas na linguagem dos geógrafos marxistas, elas não tiveram um “ajuste espacial” vitorioso desde a crise de inflação/estagnação dos anos 70. O thatcherismo os esvaziou com o fechamento das minas e o monetarismo, mas não gerou empregos no setor privado para preencher o espaço. Os investimentos empresariais que o neoliberalismo sempre acreditou estar logo ali na esquina nunca se materializaram.

A solução apresentada pelo trabalhismo foi a de distribuir renda em sua direção utilizando-se de políticas fiscais: empregos na administração pública foram estrategicamente relocados para o sul do País de Gales e o nordeste para aliviar a desindustrialização, enquanto incentivos fiscais garantiram que empregos de baixa produtividade em serviços fossem socialmente mais viáveis. Isso na prática criou um estado de bem-estar secundário do qual nunca se falava publicamente, e que coexistia com uma cultura política que condenava a dependência. O comentário infame de Peter Mandelson [ex-parlamentar trabalhista], de que os bastiões do partido iriam sempre votar no trabalhismo, independente de qualquer coisa, “porque eles não têm para onde fugir” refletia uma perspectiva geral. Nos termos de Nancy Fraser, o New Labour [ala blairista social-liberal do trabalhismo] oferecia “redistribuição”, mais não, “reconhecimento”.

A contradição cultural, assim como a geográfica, era

insustentável. Não apenas o “ajuste espacial” foi de curto prazo, posto que dependia do aumento na receita fiscal no sudeste e de um governo de centro-esquerda disposto a despejar bastante dinheiro (ainda que de forma discreta) na região, ele também fracassou por não levar aos eleitores do Brexit aquilo que provavelmente mais queriam: a dignidade da auto-suficiência, não necessariamente em um sentido neoliberal, mas certamente de uma forma comunal, familiar e fraterna. (35)

A pesquisa realizada por Lord Ashcroft no dia da votação revelou que cerca de 49% dos que votaram *Leave* disseram que a principal razão para deixar a UE baseava-se no “princípio segundo o qual as decisões sobre o Reino Unido devem ser tomadas no Reino Unido”, comparado a 33% que argumentavam que votar *Leave* “apresentava a melhor oportunidade do Reino Unido retomar o controle sobre a imigração e suas próprias fronteiras”. Houve também uma quantidade significativa de negros e integrantes de minorias étnicas concordando com eles: “brancos votaram por sair da UE na escala de 53% para 47%. Dois terços (67%) de pessoas que se auto-declaram asiáticas votaram *Remain*, assim como três quartos (73%) do voto negro. Cerca de seis em cada dez (58%) cristãos declararam votar no *Leave*; sete em cada dez muçulmanos votaram *Remain*” (36)

Porém, em uma campanha dominada pelas duas alas do partido conservador, sob pressão constante do UKIP, raça e imigração acabaram tornando-se a forma com que o debate foi enquadrado. Isso não era inevitável. Os dirigentes do movimento trabalhista possuem grande responsabilidade por não expor uma crítica à União Europeia de uma perspectiva de esquerda – não digo necessariamente uma visão internacionalista e anti-capitalista: a crítica da esquerda reformista elaborada por Tony Benn [falecido líder histórico da esquerda trabalhista] já seria bem suficiente.

Existe aqui uma importante lição para a esquerda radical

européia, que segue defendendo a política de “ficar e reformar” advogada por Corbyn durante o referendo, apesar do esmagamento do governo Syriza na Grécia há um ano pelos estados que dominam a UE e o Banco Central Europeu. Não apenas essa perspectiva é ineficaz, como ela entrega à direita racista e facista a bandeira de oposição à União Europeia. A lealdade do Die Linke, o partido da esquerda alemã, ao projeto europeu significou que ele foi atropelado pelo Alternative für Deutschland, que fundiu a oposição ao Euro com o racismo anti-imigrante e a islamofobia.

Mas voltemos ao segundo ponto: é possível juntar os cacos depois do voto no Brexit? O governo Cameron já era frágil. Desde a eleição geral, fez um recuo atrás do outro, na maioria das vezes em políticas defendidas por Osborne – isenções fiscais, subsídios aos deficientes, trabalho aos domingos, isenção de imposto nas pensões, reorganização escolar forçada, crianças refugiadas. Por detrás desses giros existe um pequeno grupo de parlamentares conservadores, da extrema direita do partido, hostis a Cameron e a Osborne, que aproveitaram a pequena margem parlamentar do governo. Fortalecidos com o voto do Brexit, pressionarão um governo frágil a uma ruptura rápida com a UE.

O governo decapitado terá a tarefa de fazer três coisas potencialmente incompatíveis. Primeiro, terá que encontrar um novo primeiro ministro, através de um processo de seleção no partido conservador que provavelmente azedará ainda mais as relações dentro do partido. Segundo, ele terá de transmitir segurança aos mercados – uma tarefa nada fácil posta a importância da UE para o capitalismo no Reino Unido. A Quarta-feira “negra” foi apenas um dia – mas a libra e as garantias britânicas podem acabar atravessando um longo período de mau tempo. Por fim, ele terá de se envolver naquilo que os especialistas preveem ser um processo difícil e prolongado de negociações com Bruxelas sobre a saída do Reino Unido da UE, enquanto tenta garantir um parlamento em que o governo na

melhor das hipóteses tem uma maioria pequena e a maior parte dos parlamentares são contra o Brexit, enquanto o andar de cima da classe dominante estará tentando reverter o curso e esvaziar as decisões do referendo.

Hugo Young escreveu sobre o referendo de 1975: “ele foi resolvido, com base em um comum acordo, mais pelo medo que pela exaltação: o medo do desconhecido, expresso por um mundo existente fora da Europa que a campanha do Não era incapaz de descrever de forma convincente”. (37) Desta vez, os ressentimentos acumulados da era neoliberal sobrepujaram o medo. Mas o vazio segue existindo, enquanto os líderes do *Leave* desajeitadamente procuram uma orientação alternativa para o capitalismo britânico.

Corbyn pode se localizar bem para oferecer uma alternativa à confusão. A distância que manteve da União Europeia durante o referendo coloca-o em uma boa posição para reconectar-se aos eleitores do trabalhismo que optaram pelo *Leave*. Infelizmente, seu gabinete paralelo no parlamento [de inspiração no ex-primeiro ministro Tony Blair] está mais preocupado em tentar derrubá-lo da liderança partidária por não ter garantido uma vitória no plebiscito do *Remain*. É um ato de incrível arrogância: dado que os organizadores do golpe estiveram na direção do partido trabalhista há muito mais tempo que Corbyn, eles tem grande responsabilidade pela queda no apoio eleitoral dos trabalhistas. Assim como Cameron, *Remain* foi a causa deles, Brexit, a derrota deles. É igualmente um crime rachar o trabalhismo ao meio quando os conservadores poderiam estar sendo forçados a chamarem novas eleições, mas pessoas como Hillary Benn aparentam acreditar que aplicar a tática de terra arrasada é a única forma de salvar os últimos cacos do *New Labour*.

Esta claro que o tema da livre circulação dos trabalhadores dentro da UE continuará dominando a política britânica durante os próximos meses, e talvez anos. Isto é verdade para os conservadores: Johnson e Grove prometeram que o Brexit

permitiria à Grã Bretanha romper com esse princípio. Mas seja lá quem suceda a Cameron haverá enorme pressão do grande capital para manter a Grã Bretanha no mercado único europeu (o que permitiria à *City* continuar a exportar seus serviços financeiros para a UE), e Bruxelas insistiria que isso exige liberdade de movimento. Corbyn usou essa exigência da UE ao longo do referendo para resistir-se a definir um teto no número de imigrantes, mas agora será pressionado a ceder para preservar sua liderança. Incrivelmente, até figuras importantes da esquerda radical, como Paul Mason, que defendeu votar *Remain* como um ato progressivo e internacionalista, agora está defendendo abandonar o direito ao livre movimento do trabalho. (38)

O referendo claramente reforçou as ondas racistas que existem por toda sociedade britânica. Mas não podemos deixar de enfatizar que Conservadores, UKIP e Nazistas não estão ganhando todas. A enorme onda de solidariedade com os refugiados que tomou conta da Europa no início do outono de 2015 não desapareceu. Pelo contrário, uma intensa rede de iniciativas locais de ajuda material e psicológica aos refugiados de Calais a Lesbos se cristalizou por toda Grã Bretanha. Em setembro do ano passado já havia cerca de 31% da população britânica dando algum tipo de assistência aos refugiados. (39) Tirando esse ou aquele pronunciamento de Corbyn e seus aliados, esse notável movimento auto-organizado existe sem representação política de peso. Além de sua própria existência, ele é um poderoso contrapeso aos racistas. A derrota da asquerosa campanha islamofóbica de Zac Goldsmith nas eleições para a prefeitura de Londres revelou outra barreira à ofensiva racista – os hábitos de integração que têm se desenvolvido a partir da diversidade, das entrelaçadas vidas das pessoas nas grandes cidades.

Essas profundas tendências anti-racistas precisam ser organizadas. Isso está começando a ocorrer de forma ampla com a formação do “Stand Up to Racism”, principal animador do dia

de ação anti-racista no 19 de Março e copatrocinador do Comboio para Calais do dia 18 de Junho. Mas é preciso também uma perspectiva mais solidamente socialista para ligar o anti-racismo de forma classista à luta mais ampla contra a austeridade. O surgimento da campanha pelo Lexit, defendendo uma oposição de esquerda e internacionalista à União Europeia, foi um dos sucessos do referendo. Não por ter mudado um grande de votos, mas porque unificou um importante espectro de forças da esquerda radical para uma campanha pelo *Leave* baseado em uma perspectiva anti-capitalista e anti-racista e (ao contrário de outras campanhas contra a UE organizadas pela esquerda) não deu espaço para a perseguição de imigrantes.

O Lexit proporcionou uma voz política, mesmo que pequena, para os trabalhadores que queriam rejeitar a União Europeia em bases classistas. Ela ofereceu, portanto, uma alternativa ao desvio para políticas de colaboração de classes defendidas por alguns dirigentes do “outra Europa é possível”. Acima de tudo, dada a terrível fragmentação e regressão que viveu a extrema esquerda britânica nos últimos anos, a colaboração vitoriosa de diferentes organizações e tradições foi um importante passo adiante. Mas o Lexit foi minoritário na esquerda mais ampla, a maioria da qual se convenceu que a União Europeia é uma trincheira contra o neoliberalismo e o racismo. Isso envenenou os debates, especialmente nas altas temperaturas das redes sociais, na reta final e depois da votação.

Nessa situação perigosa e turbulenta que o Brexit abriu é essencial manter as discordâncias na esquerda britânica radical sobre a Europa dentro de uma perspectiva razoável. A verdade é que todos enfrentamos uma escolha difícil – entre a monstruosidade imperialista neoliberal que é a União Europeia, fortemente apoiada pelos altos escalões do capital britânico, e os thatcheristas racistas e xenófobos que dominaram a campanha pelo *Leave*. Inevitavelmente, em um referendo produto de divisões internas dos conservadores em que é preciso decidir sobre uma questão binária – nesse caso, ficar ou sair?

– vamos todos ter que assinalar a mesma alternativa que alguns conservadores. (a menos que nos abstivéssemos, o que significaria ficar do lado de fora do maior debate político da Grã Bretanha há muitos anos.) O que distingue uma perspectiva de esquerda em tal situação são as razões que damos para as respostas de como (e com quem) iremos fazer campanha. Essas são as zonas de legítima discordância. Mas essas diferenças não podem obscurecer aquilo que temos em comum.

O capitalismo britânico, e talvez mundial, está entrando em águas muito turbulentas. Ao tentar navegar por elas, os conservadores certamente tentarão organizar mais ataques – por exemplo, forçando mais cortes como garantias para os mercados. Ao mesmo tempo, como previ há um ano “questões constitucionais continuarão a atuar como o para-raios da política britânica no futuro imediato”(40) De um lado, haverá as negociações do Brexit, em que os detalhes de como o estado britânico se desligará da Europa serão de grande importância – a luta para preservar a liberdade de movimento é o exemplo mais óbvio. Ao mesmo tempo, poderá haver referendos para dividir o Reino Unido, provavelmente na Escócia, possivelmente no Norte da Irlanda. Há também uma luta imediata a ser travada contra os Bourbons da ala direita do trabalhismo. É necessária de forma urgente a unidade contra o racismo, a austeridade e a guerra, e para preservar a abertura política marcada pela eleição de Corbyn.

Notas

1 O presente texto pode ser encontrado no seguinte endereço <http://isj.org.uk/brexit-a-world-historic-turn/>

International Socialism Journal, numero 151 – 27 de Junho de 2016

2 Münchau, 2016.

3 Roberts, 2016.

- 4 Parker e Barker, 2016.
- 5 Rawnsley, 2016.
- 6 Lucas, McDonnell, e Varoufakis, 2016.
- 7 Para discussões anteriores sobre as divisões dentro da classe dominante britânica e o partido conservador, ver Callinicos, 1997.
- 8 Parker e Barker, 2016.
- 9 Simms, 2016.
- 10 Citado em Arrighi, 2007, p136.
- 11 Hastings, 2008, pp8-9. Ver resumo da importância econômica da Índia para o imperialismo britânico em Callinicos, 2009, pp153-156.
- 12 Citado em Young, 1998, p13.
- 13 Darwin, 2009, capítulos 12 e 13.
- 14 Citado em Young, 1998, p190.
- 15 Young, 1998, p225.
- 16 Giles, 2016.
- 17 Callinicos, 2015.
- 18 Norfield, 2016, Kindle loc. 3374.
- 19 Norfield, 2016, Kindle loc. 134.
- 20 Norfield, 2016, Kindle loc. 2055.
- 21 Simms, 2016, Kindle loc. 4339.
- 22 Norfield, 2016, Kindle loc. 1229.
- 23 Simms, 2016, capítulo 8.

24 Agnew, 2015.

25 Brundsen, 2016.

26 Marx, 1981, p797.

27 Moore, 2016.

28 Ver por exemplo Parker e Cocco, 2016, e Ashcroft, 2016.

29 ir para www.rmt.org.uk/news/aslef-bfawu-rmt/

30 Bush, 2016.

31 Sayers, 2016.

32

<https://twitter.com/billybragg/status/743408035167633408?lang=en-gb>

33

https://twitter.com/Lord_Sugar/status/745351864762392576?lang=en-gb

34

<https://yougov.co.uk/news/2016/06/24/brexit-follows-close-run-campaign/>

35 Davies, 2016.

36 Ashcroft, 2016.

37 Young, 1998, p296.

38 Mason, 2016.

39 Travis, 2015.

40 Callinicos, 2015a.

Referências

Agnew, Harriet, 2015, "If Britain Goes: City Divided on UK Relationship with EU", Financial Times (8 de Fevereiro), <http://tinyurl.com/jn87j2l>

Arrighi, Giovanni, 2007, Adam Smith in Beijing: Lineages of the 21st Century (Verso).

Ashcroft, Michael Lord, 2016, "How the United Kingdom voted on Thursday... and why" (24 de Junho), <http://lordashcrofthpolls.com/2016/06/how-the-united-kingdom-voted-and-why/>

Brundsen, Jim, 2016, "Brussels Looks at Barriers to UK Hedge Funds Finding EU Investors", Financial Times (2 de Junho), <https://next.ft.com/content/83d70b0c-28af-11e6-8ba3-cdd781d02d89>

Bush, Stephen, 2016, "Jeremy Corbyn's Speech on Europe Was Cleverer Than You Think", New Statesman (2 de Junho), www.newstatesman.com/politics/staggers/2016/06/jeremy-corbyns-speech-europe-was-cleverer-you-think

Callinicos, Alex, 1997, "Europe: The Mounting Crisis", International Socialism 75 (verão), www.marxists.org/history/etol/writers/callinicos/1997/xx/europe.htm

Callinicos, Alex, 2009, Imperialism and Global Political Economy (Polity).

Callinicos, Alex, 2015a, "And Now the British Question", International Socialism 147 (verão), <http://isj.org.uk/and-now-the-british-question/>

Callinicos, Alex, 2015b, "The Internationalist Case against the European Union", International Socialism 148 (outono), <http://isj.org.uk/the-internationalist-case-against-the-european-union>

Darwin, John, 2009, *The Empire Project: The Rise and Fall of the British World System 1830-1970* (Cambridge University Press).

Davies, Will, 2016, "Thoughts on the Sociology of Brexit" (24 de Junho), www.perc.org.uk/project_posts/thoughts-on-the-sociology-of-brexit/

Giles, Chris, 2016, "How a Eurosceptic Treasury became Remain's anti-Brexit Champion", *Financial Times* (31 de Maio), <https://next.ft.com/content/dc838140-23f0-11e6-9d4d-c11776a5124d>

Hastings, Max, 2008, *Nemesis: The Battle for Japan, 1944-45* (Harper Perennial).

Lucas, Caroline, John McDonnell, e Yanis Varoufakis, 2016, "The London Declaration: Vote In to Change Europe" (28 de Maio), www.anothereurope.org/declaration

Mason, Paul, 2016, "Britain is not a Rainy, Fascist Island—Here's my Plan for ProgrExit", *Guardian* (25 de Junho), www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/25/britain-rainy-fascist-island-progrexit-brexit

Marx, Karl, 1981, *Capital, Volume III* (Penguin).

Moore, Peter, 2016, "Big Business, Banks and Politicians Seen as Main Winners from EU" (3 de Junho), <https://yougov.co.uk/news/2016/06/03/big-business-banks-politicians-main-winners-eu>

Münchau, Wolfgang, 2016, "Italy May be the Next Domino to Fall", *Financial Times* (26 de Junho), <https://next.ft.com/content/009468b0-3b89-11e6-8716-a4a71e8140b0>

Norfield, Tony, 2016, *The City: London and the Global Power of Finance* (Verso).

Parker, George, e Alex Barker, 2016, "David Cameron's Adventures in Europe", FT Magazine (22 de Janeiro), <https://next.ft.com/content/26cbc524-bfb4-11e5-846f-79b0e3d20eaf>

Parker, George, e Federica Cocco, 2016, "How Battle over Brexit Crosses Traditional Party Lines", Financial Times (2 de Junho), <https://next.ft.com/content/32414e3e-2804-11e6-8b18-91555f2f4fde>

Rawnsley, Andrew, 2016, "This Isn't A Tory Game of Thrones, the Stakes are High for Everyone", Observer (5 de Junho), <http://tinyurl.com/zupb5se>

Roberts, Michael, 2016, "Janet Yellen and the US Economy" (6 de Junho), <https://thenextrecession.wordpress.com/2016/06/06/janet-yellen-and-the-us-economy>

Sayers, Freddie, 2016, "Bernie Sanders, Jeremy Corbyn and Their New Coalitions on the Left", Guardian (15 de Fevereiro), www.theguardian.com/news/datablog/2016/feb/15/bernie-sanders-jeremy-corbyn-new-coalitions-left

Simms, Brendan, 2016, Britain's Europe: A Thousand Years of Conflict and Cooperation (Penguin).

Travis, Alan, 2015, "One Third of Britons Have Helped Refugees in Some Way", Guardian (24 September), <http://tinyurl.com/ohfcnex>

Young, Hugo, 1998, This Blessed Plot: Britain and Europe from Churchill to Blair (Macmillan).

A repressão ao “Movimento de 4 de Junho” de 1989 na China

Pierre Rousset*; Com apresentação de **Waldo Mermelstein** |

Há 27 anos, um fato tremendo prendeu a atenção do mundo: as centenas de milhares de pessoas que ocupavam a imensa praça Tien'anmen em Beijing eram violentamente escorraçadas de lá por milhares de soldados e tanques de guerra. Na sequência, um implacável massacre ocorreu nas ruas e avenidas próximas da Praça e em muitas cidades da China. Pode chegar a várias milhares o número de mortos.

A comoção foi abafada pelo governo chinês com mão de ferro. Até hoje as vítimas são caluniadas, censuradas e ignoradas enquanto os familiares lutam bravamente para saber o fim de seus entes queridos. Mas a memória de um evento dessa magnitude não pode ser apagada da história. Na diáspora chinesa, o fato é recordado e em Hong Kong é uma tradição anual.

Um interessante livro da jornalista Louisa Lim, recentemente publicado, chamado “A república popular da amnésia: Tiananmen revisitada” (The People’s Republic of Amnesia: Tiananmen Revisited) traz depoimentos de personagens do massacre. Dirigentes estudantis que permaneceram no país perseguidos pelo sistema. O soldado que estava em um dos batalhões deslocados para a repressão e que conta como incontáveis multidões de habitantes de Beijing impediram as tropas de ser deslocar para a praça, por repetidas vezes. Até que uma estratégia inédita foi utilizada pelos comandantes: todos os soldados deviam ir em roupas civis, disfarçados em meios de transporte público até o prédio da Assembleia Nacional, em Tiananmen, onde receberam uniformes e armas. O depoimento de duas mães de estudantes assassinados que fundaram o grupo das Mães da Praça Tien An Men e que lutam para saber o que ocorreu

com seus filhos. Podemos ver um mundo nas sombras, fora dos grandes monumentos e obras da capital chinesa e que não foi apagado.

Quando estive em Beijing pela primeira vez tive o privilégio de ouvir uma palestra e conversar com uma antiga operária e ativista do movimento da época, Lijia Zhang, hoje infelizmente convertida ao credo neoliberal, que trabalhava em uma fábrica em Nanjing (antiga capital no tempo dos nacionalistas) e participou e ajudou a organizar manifestações multitudinárias na cidade em solidariedade aos estudantes. Autora do livro de memórias, *"Socialism Is Great!": A Worker's Memoir of the New China*, que adquiri quando estava em Beijing. Em tempo, a palestra e o livro eram em inglês, o que escapava das garras afiadas da censura chinesa.

Vinte e sete anos depois, quem serão os vingadores da Tiananmen trágica?

O massacre foi um ponto de inflexão decisivo para a restauração capitalista na China, cujo processo vinha de antes, mas que só a brutal repressão e a unificação da liderança do Partido Comunista chinês permitiram implementar com grande sucesso. De lá para cá, cerca de 200 milhões de camponeses emigraram para as cidades e se tornaram os operários do atelier do mundo em que se transformou a China. Em 2009, tive uma pequena imagem das contradições de um país que fora atingido pela crise e obrigado 20 milhões de trabalhadores migrantes a voltar para o interior do país: na estação ferroviária de Beijing pude ver a dimensão do drama: milhares deles esperavam nos imensos salões de espera da estação, sentados ou deitados no chão, comendo, fumando, jogando cartas. Não pude tirar boas fotos porque não me senti com o direito de fazê-lo com o cuidado necessário: a desgraça humana era demasiada. Foi uma das três vezes em que isso aconteceu. As outras duas foram no Museu das vítimas dos bombardeios americanos no Vietnã e no Memorial das vítimas de Hiroshima.

O **Blog Convergência** rende sua homenagem aos que lutaram, aos que foram assassinados, aos que procuram silenciosamente manter a memória viva do que aconteceu. Mas mais do que nada, olhamos com esperança as ações cotidianas da classe trabalhadora chinesa, que contabiliza muitas milhares de greves e mobilizações por ano contra as condições de extrema exploração pelo capital internacional e chinês, que alegremente se unem neste novo Eldorado. As greves ainda são atomizadas, sem coordenação e com pouco ou nenhum saldo organizativo, coisa que o regime procura ciosamente evitar. Não é por acaso que o orçamento de segurança interna seja ainda maior que o dedicado às Forças Armadas. Quando irrompem mobilizações, uma rotina é que os serviços de segurança ofereçam o pagamento de uma parte das exigências dos trabalhadores, tolerando as mobilizações, desde que não haja unificação, organismos novos e manifestações públicas muito ostensivas. É claro que este esquema só pode funcionar por um tempo. A queda no ritmo de crescimento do país, a mudança de modelo de crescimento em direção à produção de bens mais sofisticados encerrou a acumulação capitalista alucinante que consumia milhões de toneladas de matérias-primas e grãos e dificilmente haverá um crescimento econômico das proporções das últimas duas décadas e que pode absorver tantos milhões nas cidades. Quanto tempo demorará para que vejamos fenômenos como o da Revolução dos Guarda-chuvas de Hong Kong se transmitirem ao continente? Quanto tempo levará para que haja o salto na organização desta classe trabalhadora gigantesca? Esta será a hora em que os mártires do Movimento 4 de Junho serão reivindicados e as lições desse grande combate serão lembradas, pois por mais que o regime tente eliminar a memória, uma comoção daquela magnitude não foi nem poderá ser esquecida.



A repressão ao “Movimento de 4 de Junho” de 1989 na China

Dia 4 de junho de 1989, o exército chinês afogou em sangue o maior movimento de contestação conhecido após o início das reformas pós-maoístas de uma década antes. A repressão desse movimento – em Beijing e nas províncias, que começou com a ocupação da Praça Tian'namen[1], desfechou um duro golpe na resistência social e democrática – abrindo o caminho para a contrarrevolução burguesa. Dessa forma, em 1992, o homem forte do Partido Comunista [2], Deng Xiaoping pode pronunciar, por ocasião de uma viagem ao sul do país, um famoso discurso em que traçava o rumo de uma transição acelerada para um novo capitalismo, denominado “socialismo de mercado com características chinesas”.

Em 1989, a amplitude e a radicalidade dos protestos e a importância política das lutas simbolizadas pela ocupação da Praça Tian'anmen eram evidentes – e a repressão sangrenta que se abateu sobre seus protagonistas provocou uma profunda onda de choque internacional. Por outro lado, não ocorreu o mesmo no que toca ao seu significado histórico: a burocracia chinesa buscava originar uma nova burguesia, um novo capitalismo, e essa mutação não poderia ser feita de outra forma que sob um regime autoritário, pois ela implicava uma verdadeira explosão das desigualdades sociais. Porém, o retorno de Deng Xiaoping ao poder, uma dezena de anos antes, tinha alimentado importantes expectativas democráticas. Ele próprio tinha sido um dos principais dirigentes do Partido Comunista que foram vítimas do regime hiper-burocrático instaurado após a Revolução Cultural de 1966-1969. Tinha anunciado a “modernização” do país e começado reformas que em muitos casos tinham sido favoravelmente recebidas, em particular entre os camponeses e os intelectuais.

No entanto, quando Deng Xiaoping promoveu as « quatro modernizações» (agricultura, indústria, defesa nacional, ciências e técnicas), uma “quinta” modernização ficou faltando: a democracia, incluído o direito de criar outros partidos além do Partido Comunista Chinês. Isso era o que

pedia já em 1978-79 o dissidente Wei Jingsheng – um ex-Guarda Vermelho da Revolução Cultural – em um jornal mural afixado no Muro da Democracia em Beijing. Portanto, a ocupação da Praça Tian'anmen de 1989 não foi um ato caído do céu; ela foi preparada por uma sucessão de lutas. Após a primeira Primavera de Beijing (1978-79), importantes movimentos estudantis (e sociais) tiveram lugar em 1983, 1985, 1986-87. Eles denunciavam em particular a insegurança que reinava nos campi, a falta de perspectivas profissionais e o favoritismo de que se beneficiavam os filhos dos pais que eram membros do Partido. Petitórios reclamavam a libertação dos prisioneiros políticos. Além de reformas políticas, esses movimentos exigiam a liberdade de associação (em particular, a criação de sindicatos estudantis independentes) e a transparência – em particular com relação ao nível de vida dos dirigentes e de suas famílias.

Na medida em que os anos se passaram, Deng aparecia como cada vez menos renovador, em especial no tema da abertura política. Outros dirigentes do PC, considerados como mais reformadores, foram retirados do poder. Esse foi o caso de Hu Yaobang em 1987, suspeito de ter apoiado as reivindicações democráticas dos estudantes. Sua morte (de causas naturais), em 15 de abril de 1989, constituiu o detonador de um imenso movimento de protesto. Nesse dia, e depois nos dias 16 e 17, manifestações ocorreram na Praça Tian'anmen. No dia 18, alguns milhares de estudantes organizaram um *sit-in* diante do Grande Palácio do Povo (onde se reúne a Assembleia Nacional). A ocupação começou de fato e cartazes inflamados, criticando Deng Xiaoping, surgiram nos campi. O movimento se estendeu. Tratava-se de um movimento social heterogêneo, compreendendo estudantes, professores do ensino superior, intelectuais, moradores de bairros periféricos, classe média urbana e operários – apesar de que os estudantes foram os que deram fundamentalmente o tom da ocupação da Praça Tian'anmen em que eles estabeleceram seu quartel-general.



De 15 de abril ao massacre de 4 junho

Na véspera dos funerais oficiais de Hu Yaobang, na noite de 21 para 22 de abril, cerca de 100 000 pessoas, – em sua maioria estudantes – invadiram a Praça Tian'anmen antes que o acesso a ela fosse interditado pela polícia. Eles se concentraram perante o monumento aos heróis do povo e uma delegação solicitou assistir ao enterro. Em Beijing, essas concentrações foram pacíficas. No dia 22, houve choques violentos nas províncias, em Xi'an e Changsha. A censura se abateu sobre Shanghai, onde uma publicação queria exigir a reavaliação da destituição de Hu. No dia 26 de abril, o Diário do Povo denunciou “as violações à ordem pública” e toda nova manifestação foi proibida. Mas a censura ainda não era a regra; de forma geral, os meios de comunicação chineses podiam falar dos eventos. O país estava informado.

O movimento se estendeu e radicalizou. Os estudantes mobilizados fundaram a sua própria associação autônoma. Uma primeira grande manifestação teve lugar em Beijing – avaliada em 50 000 ou 70000 pessoas, segundo as diversas estimativas. Nas províncias, os operários entraram em luta, denunciando também a corrupção e o luxo em que viviam os dirigentes do PC, bem como a inflação e o desemprego. Manifestações ocorreram em um número crescente de cidades (mais de 400 ?) como Chongqing, Shanghai ou Urumqi (região autônoma uigur), a Mongólia Interior, Hong Kong, Taiwan, a diáspora na Europa e nos Estados Unidos. Depois das universidades, o boicote dos cursos se propagou nas escolas secundárias. Os habitantes e um número importante de estudantes das províncias “subiram” para Beijing para participar na ocupação da Praça Tian'anmen. Cantava-se às vezes a Internacional.

Em 12/13 de maio, ocorreu um verdadeiro ponto de inflexão na luta: os estudantes começaram uma greve de fome ilimitada que chegou a incluir entre 1 mil e 2 mil participantes. A

iniciativa gerou muita simpatia popular. Em Beijing, em especial, boa parte da população demonstrou seu apoio. Numerosas comitivas vinham ao local expressar sua solidariedade: estudantes, funcionários administrativos, operários, e inclusive, às vezes, policiais e membros das forças de segurança. Várias centenas de milhares de pessoas por ali passavam diariamente. Numerosas organizações políticas e civis expressavam sua simpatia. A Cruz Vermelha chinesa mobilizou um importante número de funcionários para prestar assistência médica aos que faziam greve de fome. Houve negociações com as autoridades, sobre as quais os meios de comunicação informavam. No entanto, a confusão reinava: o movimento não tinham nem direção central nem programa coletivamente definidos – a indecisão reinava também na cúpula do partido e do estado.

O clima político parecia se abrir bastante naquela primavera de 1989. Os e as manifestantes sabiam que poderiam contar com apoios no próprio interior da direção do PC, especialmente por parte de Zhao Ziyang, então secretário-geral do Partido Comunista. Esse foi provavelmente um dos fatores que permitiram que a ocupação da Praça Tian'anmen durasse tanto tempo : de 15/17 de abril a 4 de junho de 1989 – e que explicam que tentativas de negociações com o poder tenham ocorrido tantas vezes. No dia 19 de maio, Zhao Ziyang veio até a Praça Tian'anmen para se dirigir diretamente aos grevistas. Ele os exortou a recomeçar a se alimentar e prometeu que o governo negociaria seriamente as exigências do movimento: « Eu só lhes direi uma coisa. Se vocês pararem com a greve de fome, o governo não se aproveitará para colocar fim ao diálogo, certamente que não ! » Parecia que suas palavras seriam escutadas e a opinião [pública] esperava um desenlace feliz para a crise. Mas Zhao ficou em minoria no aparelho do PC. Deng Xiaoping se inclinou para o lado dos defensores de uma repressão frontal, como o Primeiro ministro Li Peng.

Em 20 de maio, a lei marcial foi instaurada. Nove altos

oficiais do exército se opuseram a isso, mas de nada serviu. O general Xu Qinxian, comandante do 38º corpo de elite do exército, detido por se negar a obedecer as ordens, terá que responder perante um tribunal militar. Altos dirigentes do PC favoráveis ao movimento foram destituídos e postos em prisão domiciliar. Foi o caso de Zhao Ziyang que assim permanecerá nos 15 anos seguintes; quando ele morreu em 2005, não teve direito a funerais nacionais [3]. No entanto, os policiais e soldados estacionados em Beijing se mostravam incapazes de colocar fim à ocupação da Praça Tian'anmen, ou inclusive simpatizavam com os manifestantes. Surgiram diferenças dentro do exército. Sob pressão popular, vários quartéis da periferia da cidade abandonam o lugar. O poder ordena então o traslado para a capital de tropas provinciais: cerca de 200 mil soldados de 22 divisões de 13 corpos de exército.

Os habitantes de Beijing erigiram barricadas nos cruzamentos da cidade, fizeram bloqueios de estradas, queimaram ônibus, opõem muros humanos aos soldados. Equipe de jovens em motocicleta asseguram as comunicações entre os bairros. A resistência era fundamentalmente pacífica e praticava a não-violência ativa, mas os moradores às vezes jogavam pedras nos soldados, inclusive alguns coquetéis molotov. Uma coluna de veículos militares foi incendiada. Os soldados responderam com fogo real, os veículos blindados dispararam. Os combates prosseguiram nas ruas que cercam a praça, oficiais foram retirados dos tanques, golpeados e mesmo mortos. Os condutores de riquixá (triciclos) socorriam os feridos.

Na noite de 3 para 4 de junho, um ultimato foi apresentado aos manifestantes da Praça Tian'anmen (ainda havia alguns milhares deles). Os dirigentes estudantis estavam divididos sobre a decisão a ser tomada. A proposta foi submetida a voto: sair da praça ou ficar e sofrer as consequências. A maioria rejeita o ultimato. Os estudantes presentes deram mostras de grande valor. As forças armadas invadiram a praça, mas deixaram que a maior parte dos manifestantes saíssem sãos e salvos. Em troca,

parece que houve muitas vítimas nos arredores, com numerosos mortos nas avenidas que rodeiam a praça e nos bairros periféricos de Beijing. São em sua maioria operários ou laobaixing (gente comum) 4

A repressão em Tian'anmen deu lugar a uma violenta subjugação do mundo do trabalho e dos setores populares urbanos. Especialmente em Beijing, uma parte da população trabalhadora se sublevou e começou a articular suas próprias reivindicações: um verdadeiro pesadelo para a direção do PC. O aparelho de Estado se dividia sob a pressão dos acontecimentos e as divergências no interior do partido. A direção chinesa vivia a síndrome polonesa do Solidarnosc. Depois da onda repressiva em Beijing, as manifestações continuaram em um bom número de centros urbanos do país por vários dias, a população se vestia de preto como sinal de protesto. No entanto, o governo retomou bem rapidamente o controle e destituiu de suas funções os funcionários que tinham favorecido ou tolerado as manifestações. É difícil saber quantas pessoas foram mortas em todo o país, muitos milhares provavelmente.



Um movimento socialmente heterogêneo

De forma bem clássica na República Popular da China, houve em 1989 uma estreita interrelação entre as lutas de frações na cúpula do partido (e a forma pela qual elas eram percebidas pela população) e a irrupção de um movimento de grande amplitude que expressava o caráter agudo das tensões sociais, cujo alcance extrapolava em muito os assuntos políticos imediatos. Os temas em torno dos quais se unificaram as mobilizações eram também clássicos. Em primeiro lugar, a denúncia da corrupção, do nepotismo e dos privilégios que se outorgavam os dirigentes – uma questão recorrente que encontramos em toda a história da República Popular. A seguir, a exigência democrática, essa “quinta modernização” que tinha sido a bandeira do Movimento democrático chinês uma década

antes e do qual podemos encontrar precedentes em 1957, com o Movimento das Cem Flores. Enfim, uma reação contra o crescimento das desigualdades, as pressões crescentes para desgastar o status dos operários nas empresas públicas e reforçar o poder dos diretores, bem como a ausência de reconhecimento e de oportunidades para os estudantes graduados.

No entanto, o contexto tinha mudado. O que estava em questão, de forma confusa, era a natureza da “modernização” em curso – e não um retorno à ordem maoísta anterior, que seguia estando muito desacreditada. O caso dos intelectuais é sintomático. Eles se encontravam na parte inferior da hierarquia oficial das classes sociais após a revolução de 1949. Eles tinham sido vítimas preferenciais, após as violências fracionais em que submergiu a Revolução Cultural dos anos 60. Eles sofreram terrivelmente. Em sua grande maioria, os intelectuais rejeitavam diretamente, então, o marxismo. Eles tinham uma visão muito pouco crítica, até ingênua, sobre a ideologia neoliberal dominante no mundo. Apoiavam a instauração de uma economia de mercado. Apoiavam Deng Xiaoping e não queriam, sobretudo, um “retorno ao passado”; mas se davam conta que o “enriquecimento de todos” que lhes havia prometido Deng tinha se transformado no “super-enriquecimento de alguns” e que a maioria deles não seriam os prediletos do novo regime. Os professores universitários, por sua vez, consideravam que eram insuficientemente pagos. Muitos dos intelectuais estavam sob a influência da política da « Glasnost » (« transparência ») introduzida na URSS por Mikhail Gorbachev.

De fato, com relação a políticas alternativas, importantes divergências políticas opunham os componentes sociais do movimento. Durante a segunda metade dos anos 1980, a inflação e o desemprego começaram a golpear os assalariados. Sem serem necessariamente « maoístas », muitos operários queriam recuperar as proteções sociais de antes. Em contraste, os intelectuais queriam o aceleramento das reformas: não poderiam falar em

nome dos “de baixo” da sociedade, ao aspirarem eles próprios a se integrar aos “de cima” da sociedade. Numerosos estudantes também confiavam em Zhao Ziang, oposto à repressão, ao passo que os militantes operários não esqueciam que era um fervoroso defensor das reformas que os prejudicavam.

Na Praça Tian'anmen, os operários se reagrupavam nos seu próprio “setor”, que somente poderá ser estabelecido bem mais tarde no centro da Praça devido às reticências da direção estudantil. Delegações de trabalhadores das empresas do Estado vinham em caminhões cheios dar seu apoio ao movimento, sem no entanto explicitar suas próprias reivindicações. Porém, foi constituída uma Associação Autônoma de Trabalhadores, de forma independente dos sindicatos oficiais, à qual se uniu no calor dos acontecimentos Han Dongfan, que dirigiria mais tarde o China Labour Bulletin. Formou-se em meados de abril, quando começou a ocupação da praça, onde seus membros ocupavam um lugar, mas não chega a proclamar suas exigências até os dias 18 e 19 maio, às vésperas da decretação da lei marcial (5). Nas províncias apareceram outras organizações autônomas de trabalhadores. A Federação de sindicatos chineses, mesmo estando estritamente subordinada ao PC, foi também afetada pelos acontecimentos e pressionada pela base. Chegou a dar dinheiro para os que faziam greve de fome e em seu interior houve numerosos debates sobre uma eventual participação na greve. A decisão de fazê-lo não era automática, não somente para os dirigentes sindicais, mas também para os trabalhadores de base.

Houve muitos exemplos de contatos estabelecidos entre estudantes e trabalhadores, seja nos locais de mobilizações como a Praça Tian'anmen ou na porta das empresas. No entanto, não chegaram a se estabilizar. Com a má recordação da Revolução Cultural, os operários hesitavam em se embarcar em uma aventura. Quanto aos estudantes, em sua maioria, viviam essencialmente uma revolta espontânea, geracional, contra uma cultura ditatorial e suas injustiças. Mais além da aspiração a

rebelarem-se “todos juntos” , raros eram aqueles e aquelas que se colocavam como perspectiva estratégica a questão das relações com o mundo do trabalho. Em muitos lugares, os operários realizavam suas próprias lutas – mas seria necessário, para se ter uma medida de suas proporções, verificar o que ocorria nas províncias, além da Praça Tian’anmen e de Beijing. Infelizmente, ao contrário do passado, eles não receberam o apoio de uma intelectualidade progressista – que não existia então na China. O problema era muito sensível, sobretudo levando em conta de que apesar que os operários nas empresas públicas eram muito conscientes de sua condição social, carecia de qualquer tradição política ou ideológica autônoma.

O Movimento de 4 Junho surgiu em um momento de grande confusão. A continuidade de uma tradição política radical tinha sido rompida pela hiper-violência na qual submergiu a Revolução Cultural, depois pelo hiper-burocratismo do reinado do Bando dos Quatro, que reivindicava Mao. O alcance das lutas intestinas na cúpula do poder não era evidente – e tampouco a direção em que as reformas de Deng Xiaoping conduziriam a China. Mais além das contradições sociais, políticas e táticas, que se entrecruzavam em seu seio, algumas reivindicações elementares mantiveram unidos por muito tempo o conjunto dos seus componentes frente a um poder que se negava a escutá-los: a transparência, a democracia, a criação de organizações independentes (estudantis, operárias...). Na realidade, mais além das questões imediatas – como o temor a perder o controle da situação por parte do núcleo duro da direção do PC – a transição capitalista na China não poderia se dar com formas democráticas.

As resistências sociais prosseguiriam na década de 1990, apesar de que a derrota significou um grave revés. Desde então não se conhecem novas experiências de organização operária independente, do tipo que foram em 1989 as associações autônomas de trabalhadores, tanto em Beijing como em outros

lugares. A direção do PC chinês trabalha sem cessar para impedir o desenvolvimento desse tipo de iniciativas.

—

Notas

* publicado em Viento Sur, em 4 de junho de 2014 (disponível em <https://www.vientosur.info/spip.php?article9123>). Tradução de Waldo Mermelstein.

[1] A Praça Tian'namen (Praça da Porta da Paz Celestial) encontra-se no centro de Beijing. Com seus 40 hectares, parece ser a terceira maior praça do mundo (depois da Praça Merdeka em Jakarta, Indonésia) e a Praça dos Girassóis de Palmas, no Brasil)..

[2] De volta ao poder, Deng Xiaoping tomou cuidado em não acumular títulos. Ele não era oficialmente mais do que presidente da Comissão militar central, mas tinha colocado vários de seguidores fieis à cabeça do partido e do Estado e constituía-se no centro da direção.

[2] Observemos que as personalidade políticas que o movimento reivindicava (Hu Yaobang) ou de quem recebia o apoio (Zhao Ziyang) eram favoráveis às reformas econômicas. Eles tinham se oposto durante os anos 1980, junto com Deng Xiaoping, a outros dirigentes como o economista Chen Yun que pediam o fim dessas reformas. Eram de fato muito próximos do próprio Deng Xiaoping, cuja posição sobre a repressão ao movimento parece não ter sido clara por muito tempo.

[4] Ha muita confusão e testemunhos contraditórios sobre os detalhes dos eventos e sobre o número de mortos. Ver a esse respeito

Wikipédia:

Wikipedia: http://es.wikipedia.org/wiki/Protestas_de_la_Plaza_de_Tian'anmen_de_1989

No entanto, é certo que não houve nenhum massacre na Praça Tian'anmen. Ver neste sentido o artigo disponível em :[China](#)

[June 1989: The Myth of Tian'anmen and the price of a passive \[western\] press.](#) O autor, Jay Matthews, assinala que ele próprio utilizou por comodidade a expressão “massacre de Tian'amen”, mas que isso dá uma imagem equivocada dos acontecimentos e dos setores sociais que sofreram a repressão mais violenta (não esqueçamos que numerosos estudantes foram condenados a longas penas de prisão) Também é o meu caso, inclusive no título do dossiê publicado nesta semana no semanário TEAN, o que merece uma autocrítica. Para um testemunho dos acontecimentos de Beijing, ver também Robin Munro, [China June 1989 : Remembering Tian'anmen Square](#).

[5] Nesses tempos de ebulição, é difícil conhecer o estado de desenvolvimento dessa associação. Parece que o número de militantes ativos segue sendo limitado, mas as adesões formais chegaram a 10 mil (ou inclusive 30 mil, segundo outras fontes).

64 anos da Revolução Boliviana (Vídeo)

Waldo Mermelstein |

Esta semana comemora-se o início da maior revolução da América Latina contemporânea, ocorrida em 9 de abril de 1952, na Bolívia. Sua origem se encontram em um golpe militar fracassado, que tinha como objetivo impedir a posse do presidente eleito, Victor Paz Estenssoro, do Movimento Nacionalista Revolucionário. A reação popular, mesclada com soldados e oficiais dissidentes impediu que a esperada fácil vitória se desse.

A decisiva força entrou em cena nos dias subsequentes: os

mineiros, vindo do altiplano, atacaram por trás e ajudaram a destruir as forças golpistas.

A força da revolução fez com que a única força com armas era a das milícias da Central Operária Boliviana, baseada no peso social tremendo dos mineiros organizados na Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia, cujo programa desde 1946 eram as Teses de Pulacayo (nome da mina em que se realizou o congresso que votou ditas teses). Essas teses, sob influência dos trotskistas do POR, estabeleciam que a única saída definitiva para o país era o socialismo e listavam as tarefas sociais e política para lá chegarem, inclusive a tomada do poder pelos trabalhadores.

O turbilhão revolucionário foi tal que significou a estatização dos chamados barões do estanho, Hoschild, Patiño e Aramayo, o que compreendia quase toda as exportações do país. Em 1953, todo o latifúndio do altiplano, onde os camponeses viviam explorados e em condições terríveis, foram abolidos. Mas, infelizmente, toda revolução que não avança, retrocede. Os revolucionários daquele momento vacilaram, entre apoiar criticamente o MNR ou optar pelo caminho independente. E a revolução pagou por isso. Pouco a pouco, a ordem burguesa foi restaurada. As forças armadas reconstruídas. O movimento sindical permaneceu em mãos do arqui pelego Juan Lechin Oquendo, a quem pude ver dirigindo plenárias dos mineiros décadas depois.

O documentário abaixo foi realizado por Carlos Meza, a quem conheci pessoalmente quando era diretor da Cinemateca, quando vivi em La Paz entre 1983 e 1985. Como acontece com muitos setores relativamente privilegiados em um país tão pobre como a Bolívia, ascendeu socialmente e se tornou presidente do país em 2003, quando as massas camponesas e mineiras retomaram as tradições da revolução de 1952 e cercaram La Paz e depuseram o presidente Gonzalo Sanchez de Losada, o Goni, após novos massacres cometidos contra os camponeses. Não havia a evolução da internet, mas pude acompanhar a emissão das rádios mineiras

(outra conquista da revolução que não tinha sido extinta) e o momento emocionante quando os mineiros de Huanuni romperam o cerco militar e desceram sobre La Paz... a memória histórica do que ocorreu em 1952 aterrizou as classes dominantes, o imperialismo e o enviado brasileiro naquele momento e precipitou a fuga de Goni... Como vice-presidente, Meza assumiu e foi deposto de forma similar dois anos depois.

Com essas ressalvas, recomendo que se veja este vídeo, mesmo que seja feito em uma perspectiva favorável ao MNR, mas se pode ver como viviam e lutavam os mineiros e camponeses bolivianos. Se encontrar algum outro mais completo ou complementar postarei na sequência.

Homenageio na figura de Cesar Lora, dirigente trotskista boliviano, assassinado por milícias de direita durante uma das tantas ditaduras bolivianas em 1964 , a todos os que caíram lutando contra a burguesia local e o imperialismo.

[A propósito de um sequestro](#)

A Propósito de um Sequestro é o texto fundacional do grupo Ponto de Partida formado pelos brasileiros exilados no Chile de Allende em fins de 1970, começo de 1971. Retrata uma dura polêmica contra as concepções vanguardistas das guerrilhas distantes dos movimentos de massas que reinavam no Brasil e em vários países da América Latina naquela época.

O texto preconizava a volta ao marxismo e ao proletariado . É do grupo Ponto de Partida que se originará em 1974 a Liga Operária no Brasil e posteriormente a Convergência Socialista em 1978.

Através da difusão desse texto aproveitamos para homenagear

dois companheiros que participaram da fundação do Ponto de Partida e das discussões que deram origem a esse texto: o “velho” Mário Pedrosa, um dos fundadores do trotskismo no Brasil em 1927 e Túlio Quintiliano, assassinado pelos militares chilenos poucos dias após o golpe de Pinochet em 1973.

A introdução que a seguir apresentamos foi escrita pelos editores da Revista da América em março de 1972

Blog Convergência

Passado um ano, as linhas básicas do documento “A propósito de um sequestro”, conservam sua validade. Porém, alguns esclarecimentos são necessários. Em primeiro lugar, deve ser levado em consideração o momento político em que foi escrito.

Em fevereiro de 1971, toda a colônia de brasileiros residentes no Chile estava sob o impacto do sequestro do embaixador suíço, realizado pelos grupos de guerrilheiros urbanos, que buscavam libertar os presos políticos das mãos dos algozes da ditadura militar do Brasil. Havia um clima de justificada euforia, quando, depois de delicadas negociações, a ditadura libertou os 70 companheiros, enviando-os a Santiago do Chile.

Toda a alegria e solidariedade, que despertou a chegada dos companheiros, não favoreceram, no entanto, as discussões objetivas para avaliar as concepções mais gerais em que estavam localizadas estas ações.

Assim, nós, do grupo “Ponto de Partida” – pequena tendência de exilados brasileiros dedicados à tarefa política de ajudar a construção do partido revolucionário no Brasil – sabíamos que poderia se desencadear uma forte saraivada de críticas, e até de insultos, quando este documento fosse publicado.

No entanto, para lançar-se a uma crítica teórica e política sobre as concepções ultraesquerdistas que dominam a vanguarda revolucionária no Brasil, aquele era o momento indicado,

apesar do risco de ficarmos isolados. Toda esta situação explica o tom, às vezes exageradamente polêmico do documento.

Poderíamos, portanto, fazer algumas retificações formais, que não alteram em nada a argumentação. Mas, como o documento foi amplamente divulgado, inclusive na imprensa trotskista mundial (“Intercontinental Press”, “International Socialist Review”, etc.), decidimos manter sua forma original para sua publicação na “Revista de América”.

Faremos uma só retificação, que implica também uma autocritica parcial. No capítulo VI (“Um autor infeliz”), criticamos duramente o companheiro Ruy Mauro Marini por suas opiniões a respeito do sequestro do embaixador norte-americano no Brasil. Continuamos considerando reiteradamente equivocadas e ultra-esquerdistas as opiniões que o autor de “Subdesenvolvimento e Revolução” tem sobre essa questão. Porém, nos autocriticamos pela afirmação: “Caso Marini fosse um marxista saberia entender o que Trotsky procurou demonstrar...”, contida no capítulo citado. Mesmo que agora, através do semanário “Chile Hoy”, o mesmo autor enalteça o governo de Allende com elogios extravagantes das “táticas” negociadoras da Unidade Popular com a Democracia Cristã, consideramos que, todavia, não devemos julgá-lo definitivamente, como fazemos neste documento.

Por outro lado, como um exemplo de crítica sectária a nosso documento, registraremos os comentários feitos pelo companheiro Stein (Partido Operário Comunista, membro individual da IV Internacional) e que foram publicados no “Internacional Information Bulletin” de novembro de 1971. Um estudo objetivo de nosso texto responde por si só às críticas formuladas. Nos deteremos a estas críticas somente porque provêm de um companheiro da IV Internacional, com a qual temos as melhores relações possíveis. Citaremos textualmente os pontos fundamentais de sua crítica, não nos responsabilizando pela tradução do inglês.

“Este discurso de um estudante de filosofia é, de fato, difícil de engolir para qualquer pessoa que tenha experiência das condições da luta revolucionária no Brasil, sob a ditadura militar. É evidente que as organizações revolucionárias mais importantes podem e devem ser criticadas desde o ponto de vista do marxismo revolucionário. Mas, todo o raciocínio do documento do “Ponto de Partida” se baseia na argumentação de que os sequestros produzem uma repressão mais intensa. Esse é um argumento do mais puro estilo social-democrata, que sustenta que a ação dos revolucionários é a responsável pela repressão das classes dominantes. É uma vergonhosa posição socialdemocrata, e é lamentável ler isto na imprensa trotskista.

“As outras críticas do documento com relação aos sequestros são totalmente abstratas. O autor parece não ser consciente de que o principal objetivo dos sequestros é libertar os prisioneiros políticos das prisões da Ditadura.

“Assim, o “Ponto de Partida”, do qual ninguém escutou falar antes, parte a dar lições de forma tal que jamais influenciará um só militante brasileiro. E que auto-complacência, que arrogância ao querer julgar o que é marxista e o que não é.” (Pág. 24, edição citada, os grifos são nossos)

Depois de citar os principais argumentos do companheiro Stein, convidamos o leitor a verificar por si mesmo, o sectarismo das críticas e a incompreensibilidade de uma só linha do documento.

Transcorrido um ano, as posições ultraesquerdistas no Brasil aprofundaram seu isolamento político e orgânico das massas, além de sua própria derrota militar. Uma autocrítica profunda dos grupos vanguardistas nos parece provável em prazos previsíveis e, pouco a pouco, amadurecem e se desenvolvem nas novas vanguardas as concepções marxistas da construção do partido revolucionário.

Santiago, março de 1972

PONTO DE PARTIDA

Uma redescoberta do marxismo parece ser a tarefa número um da vanguarda revolucionária brasileira. Como diz Debray em *Punto Final*, longos e profundos debates teóricos levantados pelos marxistas no início do século são ainda atuais em nossa época. Esta declaração não traz nada novo em si mesma, a não ser o fato de ter sido pronunciada por Debray. Com o livro *“Revolução na Revolução”*, o jovem revolucionário francês polarizou os debates teóricos sobre a revolução latino-americana. Cinco ou seis anos depois de editada a obra, o autor declara, humilde e subitamente, que desconhecia a importância e a atualidade das conquistas teóricas do marxismo de todo um período histórico. Abandonemos, por um instante, a humildade subjacente na declaração, que mostra um revolucionário com vontade de avançar no domínio do marxismo, para ater-nos a um aspecto importante: como foi possível a um jovem revolucionário carente de teoria revolucionária, arrastar toda uma geração de militantes políticos a uma prática que as experiências históricas do passado já haviam condenado? Seria uma simplificação inadmissível imaginar Debray como responsável e causador do fenômeno conhecido na América Latina como foquismo. Mais razoável é vê-lo como produto de uma situação, em uma relação de causa-efeito-causa. Ao fazer esta confissão, Debray nos induz a pensar que ele desconhecia, até bem pouco tempo, o papel que o Iskra teve no desenvolvimento do marxismo na Rússia. Trotsky disse, em seu livro *Em defesa do Marxismo*, que “o Iskra começou com a luta contra o chamado “economicismo” dentro do movimento operário e contra os narodnikis (Partido dos Socialistas

Revolucionários). O principal argumento dos “economicistas” era que o Iskra vagava no reino da teoria, enquanto eles se propunham dirigir o movimento operário concreto. O principal argumento dos socialistas revolucionários era: “o Iskra quer fundar uma escola de materialismo dialético, enquanto nós queremos derrotar a autocracia czarista”. Deve-se destacar que os narodnikis tomavam ao pé da letra suas palavras: bomba em mãos, sacrificavam suas vidas. Os editores e redatores do Iskra respondiam: “em certas circunstâncias, uma bomba é uma coisa excelente, mas antes devemos aclarar nossas mentes”. Pertence à experiência histórica que a maior revolução proletária da história não foi dirigida pelo partido que começou com bombas e sim pelo partido que começou com o materialismo dialético”.

Essa digressão nos é imposta quando olhamos o quadro da Revolução Brasileira. Não se deve esconder a surpresa que provoca a falta de perspectivas de valentes revolucionários que parecem ter perdido o norte histórico. Como se o marxismo, há muito tempo, não houvesse assinalado o papel determinante das massas no avanço histórico, um setor da esquerda brasileira procura substituir essas verdades pela vontade de algumas dúzias de homens. Lenin dizia que os narodnikis eram a pequena burguesia armada de bombas e revólveres. Não é preciso esclarecer que a expressão “pequena burguesia”, para Lenin era, antes de mais nada, uma categoria sociológica e não uma simples adjetivação como em nossos dias. Seria arbitrário empregar esta mesma caracterização para o punhado de homens que “armados de bombas e revólveres”, sequestram embaixadores na América Latina, certos de que estão dando o melhor de si mesmos à revolução? Antes de responder a esta pergunta, devemos formular outra: Será possível que os revolucionários brasileiros, que assaltam bancos e seqüestram embaixadores, falando de uma certa revolução ideal, que nada tem a ver com a prática social, nunca tenham se perguntado por que no Brasil o governo está em condições de manter milhares de revolucionários na prisão sem que as massas exploradas possam

opor qualquer tipo de resistência? Busque em todos os documentos e publicações dos chamados grupos armados brasileiros e não se encontrará nada a respeito desta questão. Com a carga pesada de adjetivos, própria de uma linguagem não científica, a literatura política revolucionária no Brasil se viu reduzida a um não dizer nada, a um afirmar moral-voluntarista-abstrato.

A filosofia idealista se cansou de acusar os marxistas de terem uma visão fatalista da história. Apoiavam-se no princípio marxista de que a história é regida por leis inerentes a seu próprio desenvolvimento. Acreditavam, assim, que o homem, para Marx, era um simples objeto da história, incapaz de dirigi-la segundo seus ideais. Detrás destes argumentos se escondia a intenção de encobrir o verdadeiro caráter atuante do pensamento marxista. Para Marx, a história é regida por leis que lhe são inerentes. Ao homem cabe a tarefa de descobrir estas leis para assim poder atuar sobre a história, com liberdade superior aos que simplesmente negam as leis históricas. Veremos, mais abaixo, que o fatalismo é mais próprio do pensamento idealista ou daquelas pessoas que, sem dizerem-se idealistas, subestimam, na prática, a concepção marxista da história.

Com esta rápida incursão no terreno filosófico, procuramos apenas apontar os riscos e as consequências a que estão condenados todos os que querem negar as leis históricas, ou esquecer o método dialético através do qual se busca uma dada realidade. A jovem vanguarda brasileira que se lançou cegamente ao caminho da luta armada, cometeu um erro ainda maior, pois ignorou e negou a própria realidade social, abandonando assim o próprio contexto das leis históricas. Dizemos que o erro foi maior, na medida em que se sabe que mesmo o próprio filósofo idealista que vê o mundo como uma criação do espírito não chegará nunca, em seu delírio, a colocar sua cabeça sobre os trilhos por onde o trem passará. Não obstante, isso foi o que se fez no Brasil. Ignorando os

princípios básicos da luta de classes, e de sua própria luta, incapaz de compreender o significado profundo das relações de forças sociais, a vanguarda no Brasil se despreendeu das massas e reduziu a revolução a uma disputa entre o aparato do Estado e algumas centenas de revolucionários. As consequências não podiam ser diferentes. A história parece ironizar aqueles que simplesmente passaram por cima de suas experiências anteriores.

A prisão de centenas de valorosos revolucionários e a desarticulação dos grupos armados exige uma profunda revisão. Façamos como Debray, voltemos humildemente ao a-b-c do marxismo.

I. Uma tentativa de resposta

O que permite ao governo atuar sem oposição aparente no Brasil é a ausência de organismos através dos quais as massas exploradas possam expressar seu descontentamento. Se não se entende isso, não se entenderá porque 51% da população das grandes cidades votou em branco nas últimas eleições, sem que antes ou depois deste fato se tenha dado um movimento massivo de protesto contra o governo. As eleições revelaram em profundidade a defasagem que existe entre a repulsa de amplos setores de massas com respeito ao governo e a ausência de uma organização através da qual se possa expressar esta repulsa. A ditadura militar no Brasil toma corpo e vida para o proletariado através das restrições salariais e da ausência de liberdades sindicais. Somente irresponsáveis afirmariam que o proletariado está satisfeito em ter salários baixos, forma através da qual a burguesia acumula capitais para o investimento. Atomizada e desorganizada, a classe operária viu nas eleições uma oportunidade de aglutinar-se. No cinturão proletário de São Paulo, 51% dos votos foram brancos ou nulos, e 30% restante deu maioria aos candidatos do MDB. Este último número expressa a oposição dos setores mais atrasados do

proletariado. A solidez do governo militar brasileiro guarda, então, relação direta com a impotência das massas e esta impotência subsistirá enquanto as massas permaneçam desorganizadas. Esta é a verdade cristalina que o foquismo foi incapaz de perceber.

Não basta compreender o significado da organização de massas. É necessário levar em conta que o descontentamento em si mesmo não conduz as massas à luta. Este descontentamento pode subsistir latente por um longo período. No começo se expressará, ou se expressa de fato, em minúsculos atritos de classes, que apenas podem ser considerados como prenúncios de futuros grandes enfrentamentos.

A partir destas pequenas lutas a classe vai forjando sua vanguarda. A direção política deve unir-se a este processo e ir forjando a organização que permitirá a intervenção massiva da classe. Transformar um acontecimento isolado em experiência que deve ser generalizada em temas organizativos, esta é a tarefa da direção política.

II. Os presos políticos e as massas

Ao falar que o proletariado em suas lutas reivindicatórias só é capaz de produzir o fenômeno do sindicalismo, Lenin mostrava a diferença que existe entre a vanguarda política e a social. A vanguarda social surge espontaneamente das lutas reivindicativas da classe e não do sindicalismo em si mesmo.

Por não interessar ao tema que se pretende tratar neste documento, não vamos aprofundar a questão da formação da vanguarda política. Por agora nos basta recordar que ela é fruto de um processo complexo, cujos pontos de referências e laboratórios são as siderúrgicas, as fábricas, etc; em conclusão: a classe operária (um elemento novo para os vanguardistas), sua força social, suas lutas parciais.

Quando os trabalhadores de uma empresa qualquer protestam contra as condições de trabalho, destacam-se os operários que são porta-vozes da classe diante dos patrões. Assim se inicia uma distinção social entre a “massa” e a “vanguarda”. Geralmente estes operários se distinguem do grupo caracterizando-se por uma inteligência mais aguda e uma maior abnegação de classe. Então, são vistos pelo conjunto dos trabalhadores como seus “representantes” enquanto que os patrões os vêem como inimigos potenciais que devem ser isolados da “convivência social”. Vítima inevitável de represálias, esta vanguarda recebe o respaldo dos companheiros de fábrica. Surge assim, uma relação de interdependência entre a vanguarda social e a classe. Abandonada à sua própria sorte, fechada entre as paredes da empresa, essa vanguarda não poderá ampliar seus horizontes e sentir a relação que existe entre a luta reivindicativa na fábrica e o regime social como um todo. Entra aqui o papel da vanguarda política. Localizar e educar esta camada de dirigentes fabris é a tarefa dos revolucionários marxistas. Educando-os, estará se construindo o canal através do qual chegarão à classe os elementos formativos de sua própria consciência. E este mesmo canal é o que fará com que as massas conheçam e respeitem seus dirigentes políticos regionais e nacionais.

O instinto que levou os operários a defenderem seus líderes na fábrica poderá conduzir, na medida da profundidade dos laços estabelecidos, a que estes mesmos operários defendam os dirigentes políticos da repressão governamental. Ninguém ignora a infinidade de fatores que intervêm na formação da vanguarda social, apressando ou retardando sua gestação. A simplificação do processo de enlace entre a direção política, a vanguarda social e, por último, as massas, tem por finalidade apenas esboçar um esquema geral.

Há poucos dias os operários da Fiat de Córdoba, na Argentina, ocuparam a empresa e fizeram seus diretores de reféns para exigir a imediata reincorporação ao trabalho de sete

companheiros demitidos. O governo deu prazo de três horas para que os operários abandonassem as instalações fabris. Imediatamente outras empresas vizinhas entraram em greve solidarizando-se. O governo retrocedeu e ordenou o retorno dos operários demitidos. Este fato mostra o grau de compromisso entre as massas e suas vanguardas. Expressa também uma etapa especial das relações entre as forças sociais e revela, por último, a força das massas organizadas.

A partir deste momento abandonaremos o termo “foquista”. Tanto as duras derrotas impostas à vanguarda revolucionária brasileira (pela tentativa de levar à prática estas concepções errôneas), como a própria autocrítica do principal teórico do foquismo – Regis Debray – transformaram o termo quase em um adjetivo pejorativo. Na verdade, todos aqueles que ainda não superaram as concepções foquistas fazem críticas parciais e/ou técnicas a esta visão e desejam escapar desta classificação política. Atendendo a estas peculiaridades e também às insuficiências do termo “foquismo”, já que o foco guerrilheiro propriamente dito nunca chegou a materializar-se na prática destas vanguardas, passaremos a chamar de “vanguardista” este desvio político. Estamos certos, inclusive, de que o termo caracteriza muito mais precisamente o equívoco essencial da concepção política.

III. O seqüestro e a liberdade de um preso político

Uma vez mais voltemos às declarações do ex-teórico do foquismo, Regis Debray, feitas para a revista Punto Final (5 de janeiro de 1971). Nesta entrevista, Debray explica sua libertação em função das pressões do movimento de massas: “Por algum motivo me enviaram a Camiri; por algum motivo fizeram esse cárcere. Camiri é um lugar sem universidade, sem organização operária. Há uma pequena aristocracia operária petroleira, um sindicato controlado pelos barrientistas (NT : refere-se aos partidários da ditadura militar de René

Barrientos Ortuño – era presidente da Bolívia quando do assassinato do Che Guevara) e os ianques (americanos), como muitos petroleiros do mundo, e esse sindicato nunca se interessou pelo problema. Se eu estivesse em Cochabamba, em Santa Cruz, ou em La Paz, no Panóptico dessa cidade, como todos os demais presos políticos, eu teria saído antes. Quando se produziu o golpe que derrubou Ovando, se produziu, pelo lapso de algumas horas, um vazio de poder. Um grupo de universitários armados se apresentou no Panóptico e à força pôs em liberdade os presos políticos”.

Se até os movimentos mais primários de massas pressupõem certa organicidade, o que dizer das lutas políticas que se propõem a libertar dirigentes populares. O vanguardismo se caracteriza, principalmente, pela tendência a simplificar a realidade dinâmica, porque assim se consegue uma ilusória autonomia em relação a esta mesma realidade. A única “lente” que a pequena-burguesia pode utilizar para apreender a realidade histórica é aquela comparável a sua própria auto-suficiência. É difícil para um pequeno-burguês captar o que Marx entendia ao afirmar que “o motor da história é a luta de classes”.

Um pequeno-burguês, invariavelmente, trata de separar os acontecimentos políticos de seu fundamento social, já que existe uma contradição orgânica entre uma análise classista dos fatos e a posição social e a educação da pequena-burguesia.

A revolução é um longo processo molecular marcado por avanços e retrocessos sucessivos. Captar o significado profundo das lutas de classes em seus momentos agudos e, também, nos momentos de refluxo, é a maneira como se constrói uma vanguarda revolucionária e se preparam os novos saltos adiante.

Qual é o resultado obtido quando se seqüestra um embaixador para obrigar o governo a libertar algumas dúzias de revolucionários? No dia seguinte, esse mesmo governo poderá

impunemente encarcerar centenas de outros militantes políticos, sem que as massas possam opor qualquer tipo de resistência. Não são questões de princípios as que levam os marxistas a oporem-se aos sequestros. O que se discute – e aqui se encontra o ponto básico da questão –, é a concepção que se esconde atrás destas ações. Quando os Narodnikis se armavam com bombas e revólveres para derrubar a autocracia russa tendiam, inconscientemente, a conseguir seu objetivo descartando as massas. A história os condenou.

A ditadura militar no Brasil desarticulou e desorganizou o movimento de massas. Em conseqüência, e aproveitando-se de outros fatores conjunturais, conseguiu dinamizar o sistema, promovendo uma real aceleração do desenvolvimento econômico. Ao alcançar vitórias reais neste campo, lhe foi possível neutralizar oposições de amplos setores da pequena-burguesia, recuperando-os como base de apoio social do sistema. Assim, a burguesia brasileira ganhou para si um novo período histórico. Não vamos tratar aqui das profundas contradições que acompanham esta etapa do desenvolvimento capitalista do Brasil, que permitem prever crises em um tempo cronológico relativamente curto. Tampouco vamos tratar em profundidade outros fatores internacionais, como a crise geral do capitalismo mundial, que acelera o momento da crise e conspira contra a relativa estabilidade conseguida pelo capitalismo brasileiro. O que importa é ter presente esta realidade, e saber que nenhum grupo revolucionário poderá desconhecê-la impunemente. A política do “avestruz” aqui é tão condenável como sempre.

A ditadura militar conseguiu para si uma relação de forças sociais que a favorecem momentaneamente. Este é o fator básico que lhe permite manter presos milhares de militantes revolucionários.

Os seqüestros de embaixadores, as ações armadas da vanguarda, não alteram esta realidade. Há mais de um século Marx descobriu que o desenvolvimento capitalista traz consigo

contradições que o conduz a crises cíclicas. O modelo brasileiro não escapa a esta lei. A brusca dinamização do avanço econômico fará agudizar violentamente as contradições e acelerar o passo em direção à crise. Os marxistas que não ignoram a força da realidade social, atuam dentro desta perspectiva. Sabem que a aproximação dos momentos de estrangulamento econômico, traz consigo profundos descontentamentos sociais que fazem sentir sua pressão a partir das camadas mais exploradas da população em direção às camadas intermediárias da sociedade. Que estes períodos, se caracterizam por profundos deslocamentos das massas pequeno-burguesas, que retiram seu apoio ao sistema. O nível de organização do proletariado e a lucidez política de seu partido serão os fatores que poderão determinar a transformação da crise econômica e social em crise revolucionária. O acerto da tática política do partido operário está medido, por vezes, pela capacidade do proletariado em arrastar atrás de si amplas massas pequeno-burguesas. Seria um grande erro imaginar mecanicamente que estas crises surgem sem que se manifestem sintomas prévios. Ao contrário, elas são fruto da soma de pequenas contradições que se agudizam no tempo e no espaço, traduzindo-se inicialmente em pequenos choques de classes. A preparação do proletariado e a educação de sua vanguarda política começam a partir das lutas moleculares que se desenvolvem na base das associações, ainda que nos períodos de refluxo comparáveis ao que se vive hoje no Brasil. Integrar-se com as massas, crescer junto ao fluxo ascendente para depois emergir como o núcleo consciente do processo, é tarefa da vanguarda. Os que hoje pensam poder saltar toda esta etapa de preparação receberão mais de uma vez o veredicto da história.

Por que as massas não protestam hoje contra as detenções políticas? Mesmo os mais inveterados vanguardistas não chegariam ao ridículo de afirmar que as massas são favoráveis às ações repressivas da ditadura. Mas, ao acumular sucessivas derrotas e incapazes de compreender as causas que as

determinam, não está longe o dia em que se ouvirá o “revolucionário” pequeno-burguês afirmar que a culpa é das massas ignorantes ou atrasadas que não entendem o altruísmo dos revolucionários.

Poucos operários, talvez nenhum, estariam hoje dispostos a participar de uma greve pela liberdade dos presos políticos no Brasil. Este fato, contudo, não permite que se conclua que entre as milhares de fábricas do país, não haja, neste momento, movimentos da classe para impedir a demissão de um companheiro que teve participação em uma luta reivindicatória qualquer. A ação solidária da classe é fruto da prática social. Quando um operário presencia uma ação punitiva contra seu líder na fábrica, imediatamente sente que a medida é contra ele mesmo e não só contra a vítima direta. Que haja protestos coletivos contra o patrão, isso dependerá do grau de organização das massas a nível da fábrica.

Por outro lado, quando um jovem revolucionário, incutido da melhor intenção, assalta um banco, o mesmo operário anterior, não tem como unir o assalto com os problemas trabalhistas de sua própria existência. Com o cérebro cheio de concepções ou esquemas revolucionários que abstrai da realidade social, esse jovem pretende lutar contra o governo. Este modelo de pensamento e ação é incompatível com a vida do operário, que se vê permanentemente submetido pela dura realidade que o rodeia.

IV. Uma experiência recente

Quando os militares argentinos conseguiram a duras penas conter o levante de Córdoba de 1969, as prisões foram enchidas de líderes proletários. É uma lei histórica: se o impulso revolucionário não é suficientemente forte para varrer o poder das classes exploradoras, dar-se-á claramente um período de refluxo, marcado pela contraofensiva reacionária. Abre-se,

então, uma etapa em que a vanguarda tem como tarefa principal retroceder com as massas organizando o retrocesso. Os partidos revolucionários exigem das massas uma grande concentração de forças. Todos os nervos ou músculos são tensionados ao máximo. Se o movimento é derrotado, o desânimo predomina entre as massas, que também repercute sobre o partido revolucionário. Medir exatamente o alcance e a profundidade do retrocesso é a primeira tarefa. O domínio desses fatos permite estabelecer em que ponto a retirada pode ser detida. Então, formulam-se as consignas defensivas, destinadas a preservar os organismos das massas: liberdades sindicais, imprensa operária livre, etc. Apontando em direção ao futuro das lutas, inicia-se a agitação entre as massas de “slogans” vinculados à liberdade dos dirigentes políticos presos.

Esta prática foi desenvolvida na Argentina. O movimento derrotado em maio de 1969 retomou seu curso nos últimos meses do ano, obrigando a ditadura militar a libertar os dirigentes operários que estavam em seu poder, inclusive o principal deles nessa época, Ongaro.

No caso argentino é importante ressaltar que se o vigoroso movimento de massas teve suficiente impulso para que os militares se vissem obrigados a soltar a maioria dos presos políticos, sempre se ressentiu pela ausência de uma vanguarda política definida, que se expressasse em um partido revolucionário da classe operária. Esta ausência nos parece o principal fator que explica o refluxo do movimento, que, se por um lado obteve grandes vitórias parciais, não chegou a por em perigo o poder da burguesia argentina.

Apoiamos-nos sobre este exemplo porque coincide no tempo com o primeiro seqüestro do embaixador realizado no Brasil: o de Elbrick. A ação realizada em setembro obteve os resultados propostos: quinze revolucionários foram libertados. Contudo, ao final do ano, as prisões brasileiras mantinham pelo menos duas centenas a mais de prisioneiros. Na Argentina, em período idêntico, eles estavam sendo libertados. Pode-se citar uma

infinidade de outros exemplos mais recentes: Bolívia, Peru e Chile em 1970. Todos eles confirmam a regra de que a única força capaz de quebrar a resistência reacionária de um governo é aquela que se apoia no movimento de massas.

V. Argumentos que denunciam uma concepção

O único agente ativo da história, para Marx, são as massas. Os vanguardistas, em momento algum, declaram o contrário. Basta ler, no entanto, as justificativas usadas para explicar os sequestros e imediatamente salta à vista a concepção que se esconde por trás destas ações. A principal delas é de que “no Brasil não há outro meio de conseguir a liberdade dos presos da ditadura”. Realmente não se pode contestar tal afirmação. Principalmente quando se sabe que o governo liberta quinze e prende mais de duzentos.

A essência do foquismo é sua visão voluntarista da história. Acreditam só nos resultados de suas ações vanguardistas. Estão convencidos de que sem os seqüestros, os revolucionários presos no Brasil estão condenados a sofrerem vinte ou trinta anos de prisão. Os marxistas revolucionários, sabendo interpretar a realidade mundial e tendo confiança nas massas, afirmam, sem o menor medo de errar, que a história, em nossa época, avança muito depressa para que se possa crer em duas outras décadas de ausência de liberdades no Brasil. A justificativa usada pelos vanguardistas denota uma certa dose de fatalismo, que pode ser traduzida também por desprezo em relação às massas. São incapazes de apoiar-se na confiança de que as massas participarão em futuras jornadas de luta, que passarão, inevitavelmente, pela exigência de liberdades para todos os presos políticos. Então sim, teremos a certeza de que a ditadura terá que soltar todos e não só quinze em troca de duzentos.

Um vanguardista pouco prevenido argumentaria: “bem, os

marxistas podem ter razão, mas se esquecem que quando sequestramos um embaixador, exigimos a libertação dos melhores quadros revolucionários”. Ninguém porá em dúvida o valor e a dedicação de todos os revolucionários trocados pelos embaixadores sequestrados. Muito menos levantará dúvidas sobre o valor daqueles que continuam detidos no Brasil. Contudo, ao empregar este critério de valorações, nosso hipotético vanguardista desprevenido deve estar lamentando-se neste momento, depois do sequestro do embaixador suíço. A ditadura militar brasileira foi quem, em última instância, decidiu quais revolucionários poderiam ser libertados e quais não. (Quatro listas foram submetidas à decisão da ditadura)

A partir destes acontecimentos, seria uma precipitação afirmar que os melhores revolucionários foram aqueles cujos nomes o governo vetou ou que entre os sessenta existiam muitos cuja dedicação revolucionária poderia ser questionada. Um pensamento fechado pode transformar-se em um bumerangue e voltar-se contra o próprio autor.

VI. Um autor infeliz

A pobreza teórica de certos autores de obras sobre economia e sociologia se manifesta acentuadamente quando se lançam no terreno da política. Ruy Mauro Marini em sua obra *Subdesenvolvimento e Revolução* (México, 1969), ao querer encontrar justificativas políticas para o sequestro de Elbrick afirma: “Porém, a ação desmoralizou as forças armadas, evidenciou a subordinação do governo brasileiro ao norte-americano; etc.” (pág. 157 da obra citada). Para o autor, a decisão do governo brasileiro ao aceitar as imposições dos sequestradores era uma confissão pública de sua subordinação política ao imperialismo norte-americano. Agora, depois que se conhecem os resultados dos sequestros de outros diplomatas de diferentes nacionalidades, o raciocínio de Marini poderia conduzir à conclusão de que a chamada “subordinação política”

se estende a tantos países quanto embaixadores foram sequestrados. Ou que o Uruguai é um país “independente” dos EUA.

Caso Marini fosse um marxista saberia entender o que Trotsky procurou demonstrar quando dizia: “o marxismo parte da concepção da economia mundial, não como uma amálgama de partículas nacionais, mas como uma realidade potente com vida própria criada por uma divisão internacional do trabalho e do mercado mundial, que impera nos tempos atuais sobre os mercados nacionais”.

Para os marxistas não existe uma “subordinação” política, mas uma interdependência político-econômica que abarca o mundo capitalista como um todo.

VII. Argumentos finais

Também se costuma afirmar que os sequestros expõem as fissuras do aparato do Estado, revelando as discussões entre os diferentes grupos de militares do governo. Esta afirmação é incontestável. Só deixa sem resposta a seguinte questão: De que adianta expor estas divisões, se as massas nestes momentos não podem aproveitar-se delas para tomar o poder? Não seria mais razoável romper de uma vez por todas com as concepções vanguardistas e retomar o marxismo? A tarefa da vanguarda revolucionária não é só expor, ante os olhos das massas, fissuras do aparato do Estado. É, antes de tudo, construir o poder que poderá ocupar o lugar do Estado burguês. Poder que só pode basear-se nas massas organizadas; e o trabalho de organizá-las se inicia a partir dos núcleos de direção das fábricas.

Quando setores importantes do proletariado se lançarem à luta no Brasil, essas lutas se refletirão no aparato do Estado, expondo muitas fissuras. Quanto mais profundas forem essas fissuras, maiores serão as possibilidades do proletariado de

seguir golpeando o sistema.

Quanto mais golpes receba o sistema, mais amplas e profundas serão as discussões inter-burguesas. Todas as instituições da sociedade capitalista serão abaladas pelos enfrentamentos de classe. O próprio Exército será corroído desde baixo, e fraturado por cima.

Não foi arbitrária a eleição da justificativa que debateremos. Se as concepções vanguardistas se mostram fragmentariamente em cada um dos argumentos antes discutidos, no que segue elas se apresentam de forma completa. Está na moda no meio pequeno-burguês de esquerda, ouvir dizer que os sequestros causam “impacto sobre as massas” ou que os sequestros são muito bons “como veículo de propaganda armada generalizada”, ou que “as massas aplaudem tais ações”.

Criar impacto sobre as massas, com que finalidade? O que se pretende exatamente com a propaganda armada? Ninguém o explica! Será que ignoram que a força do proletariado está justamente no fato de que está em suas mãos a alavanca principal do poder burguês: as fábricas? Ou então teremos que admitir que a propaganda é dirigida principalmente à pequena-burguesia, sempre disposta a vibrar com ações espetaculares.

Quando alguém afirma que as massas aplaudem as ações de sequestro, os marxistas aplaudem com uma saudação de agradecimento.

Aqui está, por fim, a confissão total. De agentes da história, as massas foram reduzidas à condição de simples espectadoras. Só nos resta imaginar as massas exploradas do Brasil concentradas em um superestádio de futebol para ver uma partida decisiva entre algumas centenas de revolucionários e o Estado burguês.

Aos espectadores só lhes restam duas alternativas: aplaudir ou repudiar a equipe dos revolucionários. Não haverá repúdios, estejam certos todos aqueles que não confiam nas massas. O

inimigo principal continua sendo a ditadura militar.

Allende e o poder operário: dois jovens socialistas no Chile da Unidade Popular (vídeo)

Waldo Mermelstein e Enio Bucchioni |

Apresentação: **Luis Gustavo |**

Desde tempos remotos, a experiência de sair de sua vila natal marca a vida de um jovem. Os exemplos na literatura abundam; mais além das páginas de fantasia, também a realidade foi fertilizada pelas possibilidades abertas no ato de buscar novos ares, de Heródoto a Marco Polo. Jovens que, sob a ditadura brasileira iniciada em 1964, decidissem sair de seu país podiam arriscar também uma nova conjuntura política. A apenas uma cordilheira de distância, o Chile oferecia, em 1970-3, um porto natural para as ambições de quem desejasse ver a classe trabalhadora em ação. O diretor Patricio Guzmán, em 1975, retrata aquele momento no excelente documentário de 285 min intitulado “Batalha do Chile”, cujas três partes podem ser vistas aqui ([parte 1](#), [parte 2](#), [parte 3](#)).

Tratava-se do maior processo revolucionário do continente após os levantes de Cuba e Bolívia, e teve um reflexo distorcido na eleição de Salvador Allende, do Partido Socialista, o epicentro dos eventos. Cruzando as fronteiras geopolíticas como quem penetra camadas nas quais o ritmo histórico se acelera, os jovens Waldo Mermelstein e Enio Bucchioni

imiscuíram-se num grande fluxo de aprendizado, debates, vivências profundas cujo resultado direto alguns anos depois foi, de forma demonstrável, a fundação da corrente morenista no Brasil, da qual é herdeira o PSTU. Nessa entrevista à Tv Opinião, os dois desfiam suas impressões e opiniões, renovando um debate essencial para a esquerda brasileira atual.

Jean Wyllys e o porquê de boicotar Israel

Waldo Mermelstein |

Companheiro Jean Wyllys,

Hoje à noite companheiros de longa data me chamaram a atenção para seu post no facebook acerca de sua visita a Israel. Li com atenção o que você escreveu, além de boa parte das respostas que o post ensejou. Vi também que foi a convite de um amigo meu de longa data, James Green, que foi militante da mesma organização socialista (trotskista) que eu e um dos iniciadores na esquerda, há décadas, do combate pelos direitos dos homossexuais.

Sou um antigo militante da esquerda. Meus pais eram judeus, e eu cheguei a ser sionista na adolescência, rompendo com o sionismo após ter passado um ano em Israel. Por essa razão original, sigo acompanhando o tema com muito interesse. Me desculpo pela extensão desta carta, o que, entretanto, me parece compreensível pela intensidade e urgência do debate em questão. De todo modo, não me aprofundarei no tema tal como ele exigiria, afinal, esta carta é só uma carta, e não seria justo, metodologicamente, responder a um post com infundáveis

laudadas. Naturalmente, não tenho acordo com o que você escreveu, e acho que algumas das questões/críticas que irei colocar abaixo já foram, talvez com mais propriedade, assinaladas por outros dos seus interlocutores.

Em primeiro lugar, o tema não é entre judeus e árabes, mas entre o Estado sionista (e os que o apoiam) e a população nativa que ali habitava há centenas de anos. Infelizmente, a esmagadora maioria da população judaica de Israel apoia os aspectos essenciais em que se baseia o Estado de Israel. Não é possível se referir à situação atual sem relatar e compreender [o que aconteceu em 1948](#), quando as Nações Unidas dividiram a região da Palestina Histórica **contra** a vontade da maioria da população e os sionistas aproveitaram a chance histórica para expulsar 80% da população palestina. Desde então, Israel tem continuado essa obra, se estabelecendo como um Estado judaico e democrático, um oximoro. Sugiro que faça um pequeno teste: sem falar sobre mais nada, proponha aos que estão lhe recebendo, ou às ONGs que você mencionou, que Israel comece se definindo como um estado de todos os seus habitantes, como o Brasil o é, por exemplo, não obstante todas as suas desigualdades sociais. Essa pode ser uma lição útil para você ver que não está perante um Estado como os demais, mas frente a um Estado que é legalmente racista, a começar pela sua definição e suas [infinitas leis racistas](#). Não estou me referindo ainda aos territórios ocupados, mas às fronteiras de 1948.

Em segundo lugar, a ideia de dois Estados, independentemente de sua justiça, foi destruída pelas décadas de ocupação e colonização. Por isso, uma saída sem banho de sangue que a você e a todos seduz teria que ter como base a restituição da justiça, dos direitos espoliados dos palestinos para que pudesse haver a convivência pacífica. A base para isso é o direito internacional dos refugiados e seus descendentes que foram expulsos em 1947-8. Sei que há várias versões sobre o fato, mas a boa [historiografia palestina](#) já foi confirmada

quando da abertura dos arquivos do Estado de Israel e mostra que houve uma política deliberada de expulsão em massa dos residentes palestinos. Mas mesmo que isso não fosse verdadeiro, o direito de retorno dos refugiados é inalienável. Basta ver tudo o que diz o direito internacional e as próprias resoluções da ONU da época, nunca revogadas. Então pergunte aos seus anfitriões tão democráticos se eles estão dispostos a aceitar esse direito, no marco dos dois Estados que propõem. Não quero fazer nenhum jogo, sei perfeitamente o que irão lhe responder.

Em terceiro lugar, e talvez o mais importante: [siga o exemplo de Caetano](#), vá até à Cisjordânia, conheça as aldeias ameaçadas permanentemente pelos colonos e pelo exército de ocupação. Verás que a vida lá é só não duramente *real*, mas também de *viés*. A experiência de Caetano o levou à conclusão de que, parafraseando seu companheiro de show na ocasião, Gil, ter ido a Israel foi "*necessário para [não] voltar*". [Sem concordar a maioria das reflexões de Caetano](#) em sua volta de Israel (pois mantém o erro de apoiar a solução dos dois estados, além de ter furado o boicote e seguir atacando o BDS) arrisco a dizer que as conclusões a que você chegará como parlamentar de esquerda e ativista social (não nesta ordem) serão bem distintas das que você colocou em seu post. Aliás, não por acaso, boa parte de seus eleitores possuem uma posição bem distinta do que você expressou e por razões bem fundamentadas.

Voltando ao começo da minha carta: não é verdade que o movimento de solidariedade aos palestinos se baseie no antissemitismo. A cartada do antissemitismo é uma das maiores mentiras divulgadas pelo movimento sionista. É bom saber que os sionistas nada fizeram para lutar contra o antissemitismo quando ele era importante. Em vez de se unirem aos movimentos sociais para lutar contra o antissemitismo preferiram aderir à ideia de colonizar a Palestina e [negociar com todos os poderes opressores](#), os *podres poderes* de então, a começar pelo Czar de toda a Rússia, onde viviam 80% dos judeus à época (início do

século XX). Há uma mais uma mancha na história dos sionistas que é o acordo de transferência de bens e pessoas para a Palestina, [feito com Hitler em 1933](#), no momento em que a esquerda no continente tentava organizar um boicote à Alemanha. Digo isso porque como descendente de uma família que se perdeu nos campos de concentração e nas câmaras de gás me repugna a utilização falsa desse fato monstruoso. Prefiro a inteireza moral de muitos sobreviventes que sempre disseram que justamente por terem sofrido e presenciado o horror não podem ser cúmplices em uma política racista.

Por fim, você compara o BDS com o boicote americano a Cuba. Nesta lógica formal e nada dialética, você iguala a violência do escravo para com o feitor à violência deste contra aquele, ignorando que a própria escravidão já é, antes de tudo, uma própria violência. Pare para pensar e verá que a comparação entre os dois boicotes é descabida: o boicote a Cuba é pelo fato da pequena ilha ter desafiado o poder imperial. O BDS é a arma dos palestinos oprimidos por Israel e [estimula a solidariedade](#) para que os cidadãos judeus de Israel percebam que o mundo não tolera regimes como o do apartheid. Você estaria contra o boicote ao regime racista dos boers? Certamente não! A luta era para que houvesse mínimos direitos iguais entre todos os que lá habitavam. O boicote levou décadas, mas ajudou muito a que o regime racista da África do Sul caísse. Leve em conta que há várias organizações sociais na Europa e nos EUA que já aderiram ao boicote e que este é um instrumento legítimo de luta.

Não espero que concorde com o que escrevi rapidamente, mas pelo menos vá conversar, conhecer o lado dos milhões nos territórios ocupados. Foi a visão dos operários que trabalhavam em Israel e voltavam para Gaza em 1970, em um ônibus cheio deles em minha volta ao kibutz em que trabalhava, que me empurrou decididamente a romper com o sionismo, mais do que qualquer livro que li. Como disse certa feita um antigo filho de judeus, ateu e marxista Lev Davidovicht Bronstein

(Trotsky), “se o papel aguenta tudo, a história não”. E a história lá não é senão a história da opressão de um Estado sobre um povo sem Estado. O resto o papel aguenta, mas o resto é resto.